



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**O IMPACTO ECONÓMICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE NO DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE ÁGUA GRANDE**

Kátia Freitas Pires dos Santos

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Joana Maria Sampaio Rua Fernandes

Versão Final

Inclui correções ou alterações sugeridas pelo Júri.

Bragança, dezembro de 2020.



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**O IMPACTO ECONÓMICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE NO DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE ÁGUA GRANDE**

Kátia Freitas Pires dos Santos

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Joana Maria Sampaio Rua Fernandes

Versão Final

Inclui correções ou alterações sugeridas pelo Júri.

Bragança, dezembro de 2020.

Resumo

Ao longo dos anos, tem-se assistido a um aumento do interesse na mensuração do impacto socioeconómico das Instituições de Ensino Superior - IES, no que toca ao desempenho económico e qualidade do ensino superior.

Para um melhor conhecimento, foram desenvolvidos vários rankings que têm como função, a hierarquização das IES, ressaltando a sua importância na transmissão do conhecimento, a preocupação com o sucesso escolar e métodos pedagógicos.

É de salientar, a importância em reconhecer que as IES são fulcrais no desenvolvimento socioeconómico das regiões onde se inserem.

Quanto à realidade em São Tomé e Príncipe, não existem estudos, sobre o impacto económico das IES no distrito ou região onde se encontram efetivadas. Nesta ordem, o caso da Universidade de São Tomé e Príncipe - USTP, é bastante interessante, por se tratar de um estudo pioneiro.

Para a mensuração do impacto económico da USTP, foi seguida uma abordagem quantitativa, assente na aplicação de um modelo de estudo do impacto económico das IES, baseado no modelo *American Council on Education*, que já foi testado em várias IES portuguesas e internacionais.

Neste trabalho estimou-se que o impacto económico da USTP na região ascende a 1,85 milhões de euros. Este é um valor que está subestimado dado que apenas o impacto direto foi possível de ser calculado. Considera-se, portanto, que o impacto total da USTP é muito superior e bastante significativo no distrito de Água Grande e no seu desenvolvimento.

Este tipo de estudo é importante para as instituições, para justificar os apoios estatais que recebem, para os responsáveis políticos, e para a comunidade em geral, pois reflete a importância das instituições de ensino superior na economia local.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior Públicas, Impacto Económico, USTP e Desenvolvimento Local.

Abstract

Over the years, there has been an increase in interest in measuring the socioeconomic impact of Higher Education Institutions - HEIs, with regards to the economic performance and quality of higher education.

For better knowledge, several rankings have been developed that have the function of hierarchizing the HEIs, highlighting their importance in the transmission of knowledge, the concern with school success and pedagogical methods.

The importance of recognizing that HEIs are central to the socioeconomic development of the regions where they operate is vital.

As for the reality in Sao Tomé and Príncipe, there are no studies on the economic impact of HEIs in the district or region where they are located. In this order, the case of the University of Sao Tomé and Principe - USTP, is quite interesting, as it is a pioneering study.

To measure the economic impact of the USTP, a quantitative approach was followed with the implementation of a HEI's economic impact estimation model, based on the *American Council on Education* model, that was tested in several Portuguese and international HEIs.

In this work it was estimated that the economic impact of USTP in the region reaches 1.85 million euros. This amount is underestimated since it was only possible to estimate the direct impact. As such, we believe that the total impact of the USTP in the region is considerable higher quite significant in the district of Água Grande and its development.

This type of study is important for institutions, to justify the state support they receive, for policy makers, for the community in general, as it reflects the importance of higher education institutions in the local economy.

Keywords: Public Higher Education Institutions, Economic Impact, USTP and Local Development.

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família e aos meus amigos. A família que tem servido de grande suporte em todas as fases da minha vida, dando incentivo para continuar a lutar e a trabalhar com a mesma garra. Aos amigos que estão por perto, que vão dando aquela força extra, para que continue a trilhar o caminho de luta.

“O verdadeiro sinal de inteligência não é o conhecimento, mas sim a imaginação.”

Albert Einstein

“O homem não é nada além daquilo que a educação o faz.”

Immanuel Kant

“A única coisa que interfere com a minha aprendizagem é a minha educação. Educação é o que resta depois de ter esquecido tudo que se aprendeu na escola.”

Albert Einstein

Agradecimentos

Em primeiro lugar faço um grandioso agradecimento à Orientadora Professora Doutora Joana Maria Sampaio Rua Fernandes pela sua preciosa ajuda na escolha do tema, por toda a sua disponibilidade, pelos ensinamentos, pela paciência, compreensão, dedicação e todos os conselhos valiosos, sem os quais não seria possível a concretização da dissertação. Agradeço por ter aceitado o meu convite e por ter depositado em mim a responsabilidade de que seria capaz de o realizar.

Um agradecimento ao professor doutor Peregrino da Costa, reitor da Universidade de São Tomé e Príncipe, à vice-reitora professora doutora Alzira e a toda a comunidade da instituição pública, docentes, alunos e funcionários, que se disponibilizaram no sentido de ajudar na realização do inquérito.

Um especial agradecimento à Professora Doutora Sónia Nogueira, pelo seu olhar cirúrgico e por me ter ajudado a tomar a decisão acertada na escolha da orientadora.

Quero ainda agradecer à minha mãe, aos meus irmãos e a toda a família em geral, por todo o suporte, quer a nível financeiro quer moral, pois sem eles não seria possível a concretização desta etapa e, com esta, a conclusão do mestrado em Gestão Pública.

Faço um agradecimento a todos aqueles que, direta ou indiretamente, me ajudaram na recolha de informações e permitiram a realização da dissertação.

Agradeço, em especial, ao meu irmão e à minha cunhada que contribuíram na fase crítica deste trabalho, que foi na distribuição e aplicação dos inquéritos, na recolha das informações no terreno, bem como na própria organização e envio da mesma.

Aos meus amigos, que me ajudaram em todos os aspetos.

Lista de Siglas e Acrónimos

ACE – *American Council on Education*

ENASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea

FCT – Faculdade de Ciências e Tecnologia

IES – Instituições de Ensino Superior

INE – Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe

IO – Input Output

ISCS – Instituto Superior de Ciências de Saúde

ISEC – Instituto Superior de Educação e Comunicação

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

USTP – Universidade de São Tomé e Príncipe

Índice Geral

Índice de Figuras	vii
Índice de Tabelas	viii
Introdução.....	1
1. Os Impactos Económicos das Instituições de Ensino Superior	3
1.1 A natureza das análises de impacto socioeconómico	4
1.2 Os benefícios e os custos das IES	5
1.3 A análise pelo lado da procura.....	7
1.4 Modelos de determinação do impacto pelo lado da procura	8
1.4.1 Modelo American Council on Education	12
2. Enquadramento metodológico	16
2.1 A estrutura do questionário	18
2.2 Seleção da amostra e recolha de dados.....	19
3. O Impacto da Universidade de São Tomé e Príncipe na região de Água Grande	21
3.1 Caracterização do distrito de Água Grande	21
3.2 Caracterização da Universidade de São Tomé e Príncipe	25
3.3 Determinação do impacto da Universidade de São Tomé e Príncipe	28
3.3.1 Caracterização da amostra dos funcionários docentes	28
3.3.2 Caracterização da amostra dos funcionários não docentes	33
3.3.3 Caracterização da amostra dos alunos.....	37
3.3.4 Cálculo do impacto direto.....	42
3.3.5 Síntese do impacto económico	47
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação	48
Referências Bibliográficas	51
Apêndices	55
Ap. A - Carta ao Reitor da Universidade de São Tomé e Príncipe.....	55
Ap. B - Inquérito sobre os Alunos da Universidade de São Tomé e Príncipe.....	56
Ap. C - Inquérito sobre os Docentes da Universidade de São Tomé e Príncipe.....	60
Ap. D - Inquérito sobre os Funcionários da Universidade de São Tomé e Príncipe	63

Índice de Figuras

Figura 1: A abordagem <i>backward linkages</i> e a abordagem <i>forward linkages</i>	9
Figura 2: Modelo de fluxos monetários	13
Figura 3: Modelo de estimação dos impactos económicos	14
Figura 4: Divisão Administrativa de São Tomé e Príncipe.....	22
Figura 5: Reside no distrito de Água Grande?	29
Figura 6: Reside no distrito de Água Grande?.....	34
Figura 7: Onde reside durante o período escolar?	37

Índice de Tabelas

Tabela 1: Vantagens e Desvantagens dos modelos de Impacto Económico das IES	11
Tabela 2: Questionário aos Docentes e Funcionários	18
Tabela 3: Questionário aos Alunos	19
Tabela 4: Resumo dos Indicadores da população santomense	23
Tabela 5: Resumo dos gastos médios mensais por categorias dos funcionários docentes inquiridos, em dobras.....	30
Tabela 6: Resumo dos gastos totais médios mensais dos funcionários docentes inquiridos	30
Tabela 7: Resumo dos gastos médios mensais por categorias dos funcionários docentes inquiridos que mudaram de distrito, em dobras.....	31
Tabela 8:Resumo dos gastos totais médios dos funcionários docentes que mudaram de distrito .	32
Tabela 9: Resumo dos gastos médios mensais por categorias dos funcionários docentes inquiridos que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande, em dobras	32
Tabela 10: Resumo dos gastos totais médios mensais dos funcionários docentes inquiridos, que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande	33
Tabela 11: Resumo dos gastos médios mensais dos funcionários não docentes inquiridos, em dobras.....	34
Tabela 12: Resumo dos gastos totais médios mensais dos funcionários não docentes inquiridos	35
Tabela 13: Resumo dos gastos médios mensais dos funcionários não docentes, que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande, em dobras.....	36
Tabela 14: Resumo dos gastos totais médios mensais dos funcionários não docentes que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande	36
Tabela 15: Resumo dos gastos médios mensais por categorias aos alunos inquiridos, em dobras	38
Tabela 16: Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos.....	39
Tabela 17: Resumo dos gastos médios mensais por categorias aos alunos inquiridos que mudaram de distrito, em dobras	39
Tabela 18: Resumo total dos gastos médios mensais dos alunos inquiridos que mudaram de distrito	40
Tabela 19: Resumo dos gastos médios mensais por categorias aos alunos inquiridos que não mudaram de região, mas não residem no distrito de Água Grande, em dobras	41
Tabela 20: Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos, que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande	41

Tabela 21: Gasto anual dos docentes da USTP em Água Grande, em euros	42
Tabela 22: Gasto anual direto dos funcionários não docentes da USTP em Água Grande, em euros	43
Tabela 23: Gasto anual direto dos alunos da USTP em Água Grande, em euros	44
Tabela 24: Gasto anual direto dos docentes, funcionários e alunos da USTP no distrito de Água Grande, em euros	46
Tabela 25: Estimativa do impacto total da USTP no distrito de Água Grande, em euros	46

Introdução

Nos dias de hoje, existe um enorme interesse por parte das Instituições de Ensino Superior – IES em conseguir mensurar o impacto económico que têm nas regiões onde estão implantadas. Este interesse, tem aumentado cada vez mais ao longo dos anos e tem surgido não só por parte das IES, mas também pelas próprias regiões e pelo público em geral, em conhecer esses valores, sejam eles financeiros, culturais ou intelectuais.

As IES são fundamentais no desenvolvimento regional, e, dado o presente contexto de crise económica, de contenções e corte orçamental, exige-se que essas instituições façam prova do financiamento público que beneficiam, além da linha do ensino.

Os estudos são fundamentais para demonstrar os benefícios para as regiões onde estão inseridas, por abrigar instituições deste tipo e para permitir às IES justificar os apoios governamentais e demonstrar a necessidade de aumentos futuros.

São essencialmente essas as razões que foram apresentadas, mas também, *“para competirem entre elas, por mais apoios estatais (...)”* (Fernandes, Cunha & Oliveira, 2014, pp. 9-10).

Lopes, Saúde, Borralho e Féria (2014) referem que, atualmente, este tema assume particular importância nomeadamente quando se discutem novos modelos de organização e gestão das IES, que devem ser mais criativas e eficazes e, que num contexto de acentuada crise, possam ter uma base de financiamento baseada em indicadores de monitorização que relevem o papel de cada instituição de IES, no território em que se localiza. O foco dos decisores públicos e de outras entidades tem-se direcionado para a medição do impacto das IES em termos de excelência académica, bem como para a qualidade de ensino. Têm aparecido vários *rankings* para hierarquizar os indicadores quantitativos relacionados, há uma crescente pressão sobre a produção científica, o sucesso escolar e os métodos pedagógicos. Blume, Brenner e Buenstorf (2017) afirmam que, não se deve esquecer o papel que as IES representam para o desenvolvimento socioeconómico das regiões anfitriãs.

No caso particular em estudo, a realidade Santomense ou São-tomense é de realçar o progresso e universalidade do ensino primário, que segundo os dados de 2004-2013, têm vindo a aumentar de forma bastante expressiva, principalmente nos anos de escolaridade esperados, que evoluiu de 8,2 anos em 2004, para 11,3 anos em 2013 (PNUD, 2014). Desta forma, cada vez há mais jovens a prosseguir os seus estudos para o ensino superior onde se destaca a única IES pública, a Universidade de São Tomé e Príncipe – USTP. O estudo sobre esta IES é bastante importante, por não existir nenhum estudo em São Tomé e Príncipe sobre o impacto das IES, como tem acontecido em Portugal, onde existem cada vez mais estudos sobre a temática (e.g., Mourato, Pereira & Alves, 2012). A instituição em causa, localiza-se no distrito de Água Grande, na capital do país cidade de São Tomé, onde se localizam também todas as principais atividades, em concreto, a prestação de serviço, que corresponde a 63% do total dos setores das atividades económicas do país, segundo os dados do (INE, 2014). Tendo em conta tudo o que foi relatado anteriormente, a USTP é potencialmente um instrumento que tem impactos significativos no desenvolvimento do distrito, onde se encontra instalada. É, portanto, relevante determinar que impactos se verificam e qual a sua grandeza. Assim, a investigação centrou-se na análise sobre o impacto sócio-económico que a USTP tem na economia local.

No ponto 1 deste trabalho apresenta-se o enquadramento teórico onde se descrevem os impactos socioeconómicos das Instituições de Ensino Superior. No ponto 2 realiza-se o enquadramento metodológico do estudo. No ponto 3 é apresentado o caso da Universidade de São Tomé e Príncipe e é feita a análise e discussão dos resultados conseguidos com o estudo. E, por fim, são apresentadas as principais conclusões a que se chegaram.

1. Os Impactos Económicos das Instituições de Ensino Superior

As Instituições de Ensino Superior são reconhecidas como potenciais mecanismos de desenvolvimento regional, não só pelo seu principal papel de formação, mas também devido à sua influência na região ou localidade onde se inserem, a qual compreende vários aspetos que não podem ser isolados, mas que estão fortemente relacionados (Smith, 2006).

Oliveira *et al.* (2019) referem que as IES são, portanto, instituições de elevada importância económica e social nas regiões em que operam, garantindo oportunidades educacionais, económicas, sociais e culturais que de outra forma não existiriam na região. Segundo o mesmo autor, devido à situação dos recursos existentes se revelarem cada vez mais escassos, além da necessidade de repensar todo o sistema de Ensino Superior, obriga as IES atualmente existentes a justificar a sua existência. Torna-se especialmente importante a realização de estudos que avaliem o impacto económico dessas instituições na comunidade, como forma de alcançar essa ambição, obtendo-se qual *“a criação suplementar de riqueza, em termos de produto, rendimento e emprego decorrente, direta e indiretamente, da atividade das IES”* (Caleiro & Rego, 2003, pp. 5-6). É possível

constatar-se que, caso estas instituições não existissem, essa “*criação adicional de riqueza*” não existiria. A existência de uma IES é, propiciadora de um aumento de atividade económica, visto que gera empregos, receitas e origina despesas. A educação e a formação ganham cada vez mais destaque reforçando-se a exigência para que se assumam como sustentáculo promotor da economia local. A competitividade e a inovação produtiva tecnológica são elementos fundamentais do atual paradigma de funcionamento da economia local, sustentam-se no potencial do capital de conhecimento (Moura, 2014).

A atividade principal das IES consiste na promoção e melhoria dos índices de educação da sociedade, e como consequência, o capital humano nelas formado e qualificado pode contribuir para que possam colaborar na atividade económica da região onde se inserem.

As IES podem ser consideradas como importante transmissor em termos de educação, cultura, saúde, bem-estar e fatores económicos, para tanto é fundamental que estejam inseridas de maneira efetiva nas regiões em que pertencem (Caldarelli, Camara, & Perdigão, 2015).

1.1 A natureza das análises de impacto socioeconómico

O papel das universidades no desenvolvimento regional tem recebido uma atenção crescente nas últimas décadas e é considerado como um elemento chave do processo. As IES têm um forte impacto no processo de desenvolvimento regional à medida que estabelecem vínculos e compromissos e estão voltadas para a superação das questões da região em que estão inseridas (Rolim & Serra, 2010).

Caleiro e Rego (2003) assumem que, as universidades são polos fundamentais de desenvolvimento na medida em que através da sua atividade, da formação de recursos humanos, da difusão do conhecimento, da informação e inovação, transmitem impulsos de crescimento para o tecido económico e social envolvente. Esses autores, afirmam ainda que, para o desenvolvimento económico, ou seja, para o aumento sustentado e irreversível do rendimento real dos cidadãos, contribui não só o capital físico, como o capital relacional e o capital humano.

Pelo que se origina da sua atividade um conjunto de benefícios para a comunidade a diversos níveis. Um dos níveis é o impacto económico que a IES desencadeia na comunidade onde se insere, ou seja, o aumento de atividade económica que se deve à existência da IES.

Para uma melhor compreensão do alcance da influência de uma IES numa determinada região é essencial realizar uma análise de impacto. Existem vários estudos realizados por diferentes IE (e.g., Caldarelli *et al.*, 2015; Oliveira *et. al.*, 2019; Siegfried, Sanderson & McHenry, 2007; Smith, 2006) e sobre distintas IES, a nível internacional, para determinar qual o impacto que têm em valores. De um modo geral, uma das formas de mensurar esse impacto socioeconómico inerente à presença da IES na região onde se insere é tentar quantificar a diferença no nível de atividade económica que existe com ou sem a sua presença.

Os impactos diretos ou indiretos, do aparecimento do ensino superior são expressivos não apenas pela sua mobilização, mas, também, pelo que fazem movimentar na economia e nas comunidades

locais. As ofertas de ensino superior nos territórios têm um efeito direto no subsistema demográfico pela própria atração que gera de novos residentes, no caso, os alunos, pessoal docente e não docente, bem como, pela própria retenção que alicia, latente aos que ficam a residir na região por meio de oferta formativa e ou de trabalho existente. A dinâmica demográfica tem um papel importante, pois tem efeito direto nos fluxos de consumo, na própria tipologia, nos perfis de procura cultural e de lazer, nas características peculiares do mercado de trabalho e emprego. Para concluir que, todos esses efeitos estão interrelacionados entre si e atuam em múltiplas grandezas (Caleiro & Rego, 2003, pp. 3-4).

1.2 Os benefícios e os custos das IES

Yserte e Rivera (2010, pp.39-40) afirmam que, *“nos primeiros anos, os impactos sobre as despesas serão maiores que os impactos sobre a disseminação de conhecimento, porém, com o passar dos anos, os benefícios do conhecimento sobre a renda dos formados aumentarão até excederem os impactos sobre as despesas”*.

Segundo esses mesmos autores, existem evidências empíricas que apontam que as universidades que se encontram localizadas em pequenas comunidades e atraem estudantes estrangeiros, acabam por gerar efeitos importantes nas despesas, mas apresentam efeitos reduzidos na divulgação do conhecimento localmente; noutra perspetiva, essas universidades quando localizadas em grandes comunidades que são fortemente vinculadas ao mercado primário local, acabam por gerar impactos importantes sobre o conhecimento, enquanto o impacto sobre os gastos locais é mínimo.

Para se ter uma melhor perceção sobre a influência da universidade em uma região, é fundamental olhar e compreender vários aspetos que estão relacionados entre si e essa análise deve ser realizada de forma profunda e detalhada. O prestígio das IES no sistema regional tem efeitos sobre diferentes áreas, nomeadamente sobre os subsistemas político, demográfico, económico, de infraestrutura, cultural, de atratividade, de educação e de aspetos sociais. Estes oito sistemas não são isolados e relacionam-se uns com os outros (Ferreira, 2019; Yserte & Rivera, 2010).

Baum e Ma (2007), Lopes, Saúde, Borralho, e Féria (2014) e Moretti (2005) afirmam que podemos agrupar os benefícios em dois grupos, os individuais e os sociais, sendo que eles ainda podem ser de base monetária e não monetária, respetivamente:

Benefícios Individuais

Os benefícios económicos essenciais estão ligados aos níveis elevados de educação como: maiores salários e benefícios, maior taxa de emprego e menor risco de desemprego, maiores níveis de poupança, ou melhores condições. O maior nível de educação traduz-se, indiscriminadamente do sexo ou etnia, num aumento das remunerações dos indivíduos. Este aumento das remunerações permitirá também ao graduado reaver os valores que não ganhou enquanto esteve a estudar na IES, face a um indivíduo que não tenha estudado e que tenha começado a trabalhar assim que concluiu o ensino secundário. Além de salários mais elevados, os graduados poderão ainda beneficiar de outras regalias, como seguros de

saúde ou planos de pensões criados pelas entidades patronais. Para além de todos estes benefícios, os licenciados tendencialmente terão uma melhor qualidade de saúde. (Baum e Ma, 2007, p. 2)

Benefícios Sociais

Nesta categoria, pode-se encontrar benefícios como o aumento da esperança de vida e uma maior sensação da saúde pessoal, níveis de satisfação no emprego, melhor qualidade de vida dos próprios graduados e dos seus descendentes, melhores e mais tomadas de decisões racionais relativamente ao consumo, aumento do status pessoal, mais passatempos. Estes sinais são notáveis nas escalas de rendimento e idade. Um indicador mensurável nesta categoria é a saúde pessoal, pois quanto mais saudáveis, menores são as despesas inerentes a saúde, despesas essas que são sustentadas com impostos de todos os contribuintes. O maior nível de educação reflete-se numa menor taxa de desemprego e num menor índice de pobreza. A crescer a estes índices, os adultos com mais altos índices de educação são mais tributados e têm menos necessidade de usufruírem de programas de proteção social do Estado, uma vez que o seu rendimento será maior. O estilo de vida dos graduados será mais saudável, o que se refletirá, por exemplo, em menores taxas de fumadores do que pessoas que não sejam graduadas pelas IES. Além da maior qualidade de vida, a intervenção desses graduados na sociedade será maior, nomeadamente a nível de voluntariado, participação política ou então através da concessão de donativos a instituições da região, verificando-se também uma menor taxa de criminalidade, o que se reflete também numa menor taxa de detenção. (Baum e Ma, 2007, p. 2)

Custos

Todavia, a maioria dos estudos centram-se sobre os benefícios que as regiões e os seus indivíduos obtêm devido à presença das IES (e.g., Baum & Ma, 2007; Ferreira, 2019), mas é primordial considerar também os esforços que essa situação constitui para as regiões e para os seus residentes. Autores como Emmet e Manaloor (2000); Gunderson *et al.* (2003) citado em Fernandes (2009) representam a análise dos custos para a região, considerando, sobretudo, que na realidade as IES não contribuem para o desenvolvimento das regiões, sendo negócios que necessitam das regiões e das suas comunidades para se manterem ativas.

Persson e Regnér (2004) defendem que, apesar dos resultados nesses estudos não apoiarem a ideia de que uma IES afeta positivamente o desempenho económico regional, a relação entre a IES e a comunidade não foi estudada e avaliada para um período temporal adequado que permitisse tirar essa conclusão. Na prática, Cortes (2004) e Edvardsson *et al.* (2003) ressaltam a importância de determinar qual a relação que a instituição estabeleceu com a comunidade quando se analisam os impactos das IES no desenvolvimento da região. É inquestionável que as IES necessitam de um bom relacionamento com as comunidades onde estão estabelecidas, não só para responderem às necessidades das mesmas e garantirem saídas para os seus graduados, que são um dos indicadores de sucesso das IES de como satisfazer a comunidade. As instituições usufruem de

vários outros benefícios, tais como instalações gratuitas, serviços municipalizados gratuitos ou terreno gratuito, i.e. custos que a região suporta com a presença delas como ressaltam Emmett e Manaloor (2000) e Gunderson *et al.* (2003) citado em Fernandes (2009).

Esses mesmos autores afirmam que, outros custos estão associados aos que a comunidade assume, como o serviço policial, bombeiros, infraestruturas desportivas que a IES usa, custo de oportunidade por não vender o terreno onde a IES está fixada entre outros custos adicionais. Além desses já referenciados, há outros serviços como de engenharia, manutenção de estradas, etc., que não se devem exclusivamente à presença da IES, mas com a sua presença são por isso, ainda mais necessários.

Siegfried, Sanderson, e McHenry (2007) indicam que, o custo suportado pela comunidade se deve ao facto das IES serem isentas de tributação. A situação de que a existência de uma IES provoca deslocação de estudantes para a região e, conseqüentemente, maior procura de alojamentos, faz aumentar o valor das propriedades, o que não é bem aceite pelos residentes locais, em particular por aqueles que não possuem propriedades ou pelos locais que também procuram adquirir propriedades. Cortes (2004) e Williams e Swail (2005) alegam outros aspetos negativos da presença das IES e alguns desses exemplos a citar dos resultados possíveis do maior nível educacional são o aumento potencial de burlões e burlas, a tendência para a exploração de pessoas, o uso de capacidades intelectuais para fins ilícitos ou antiéticos, preguiça em algumas pessoas, diminuição da vontade de aprendizagem, criação de traços de superioridade, ou uso de substâncias ilícitas como estupefacientes, tabaco ou álcool.

Assim, para determinar o impacto que uma IES tem numa região é necessário considerar todos estes aspetos e realizar uma avaliação o mais precisa possível.

1.3 A análise pelo lado da procura

A avaliação quantitativa do papel e contribuição da IES nos últimos anos na economia local, com grande enfoque no impacto económico, em concreto na determinação do valor acrescentado para a atividade económica, mede-se através dos efeitos nos empregos, rendas mais altas para os moradores da região e nos rendimentos que são originados e pelos indivíduos diretamente relacionados com esta. À soma das despesas estimadas, é aplicado um multiplicador para estimar o impacto total (Brown & Heaney, 1997). Multiplicador *“é um único número que sumaria o benefício económico total, ou impacto económico total que pode ser esperado devido a mudança numa dada atividade económica ou economia local”* (Miller, 1994, citado em Fernandes, 2010, p.30). Caffrey e Isaacs (1971) afirmam que, os efeitos do multiplicador só podem ser estimados por meios estatísticos e não é possível ser rastreado diretamente.

Blackwell, Cobb, e Weinberg (2002) assumem que, a abordagem pelo lado da procura pretende determinar o impacto com base no efeito de exportação de atividades incrementais derivadas de fontes não locais resultantes do funcionamento da universidade, ou seja, no aumento da atividade económica da região originada pelo gasto de fundos com origem exterior a mesma região. Ora bem,

o impacto económico sob essa conceção da procura pode ser previsto de acordo com os efeitos económicos diretos, ou seja, aqueles que estão interligados, aos efeitos económicos indiretos e por fim os efeitos económicos induzidos na região. Entende-se por efeitos económicos diretos, aqueles que estão associados aos gastos diretos dos funcionários, docentes e alunos e da própria instituição de ensino na região onde se insere. No caso dos efeitos económicos indiretos estão relacionados aos impactos desencadeados na cadeia dos fornecedores do sector económico cuja atividade se considera como efeito direto. Por fim, os efeitos económicos induzidos são mudanças geradas nos gastos dos consumidores derivados do acréscimo de rendimento (Griffiths & Parsons, 2003; Yserte & Rivera, 2010).

Os eventuais problemas que poderão advir da abordagem tradicional surgem do facto de se contar cada euro gasto no local pela comunidade universitária e acaba por gerar transações indiretas no local vinculado a empresas que não têm relação direta com a universidade, ou seja, essas unidades monetárias são consideradas como se fossem novas para a região e se *“concentrar nos efeitos de curto prazo, não conseguindo estimar o fluxo de rendimento potencial futuro devido aos ganhos adicionais dos estudantes que se formam”* (Smith, 2006, p.7).

A vantagem dos modelos baseados na procura, deve-se ao facto de serem de aplicação direta e objetiva. O modelo inicia com a determinação dos aumentos dos gastos externos, mas dentro da região ligados à atividade económica da IES em estudo. Ao aumento dos gastos, que são considerados como gasto direto, deve ser aplicado um multiplicador para a obtenção do gasto global, ou seja, o somatório dos gastos diretos, indiretos e induzidos (Smith, 2006).

1.4 Modelos de determinação do impacto pelo lado da procura

Os estudos do impacto económico das IES podem ter duas conceções: a abordagem *backward linkages* e a abordagem *forward linkages* (Figura 1). A IES é tida como uma organização que precisa de *inputs* para produzir os *outputs*, ou seja, são precisas matérias-primas para se ter produtos ou resultados no final (Ferreira, 2019, p. 36).

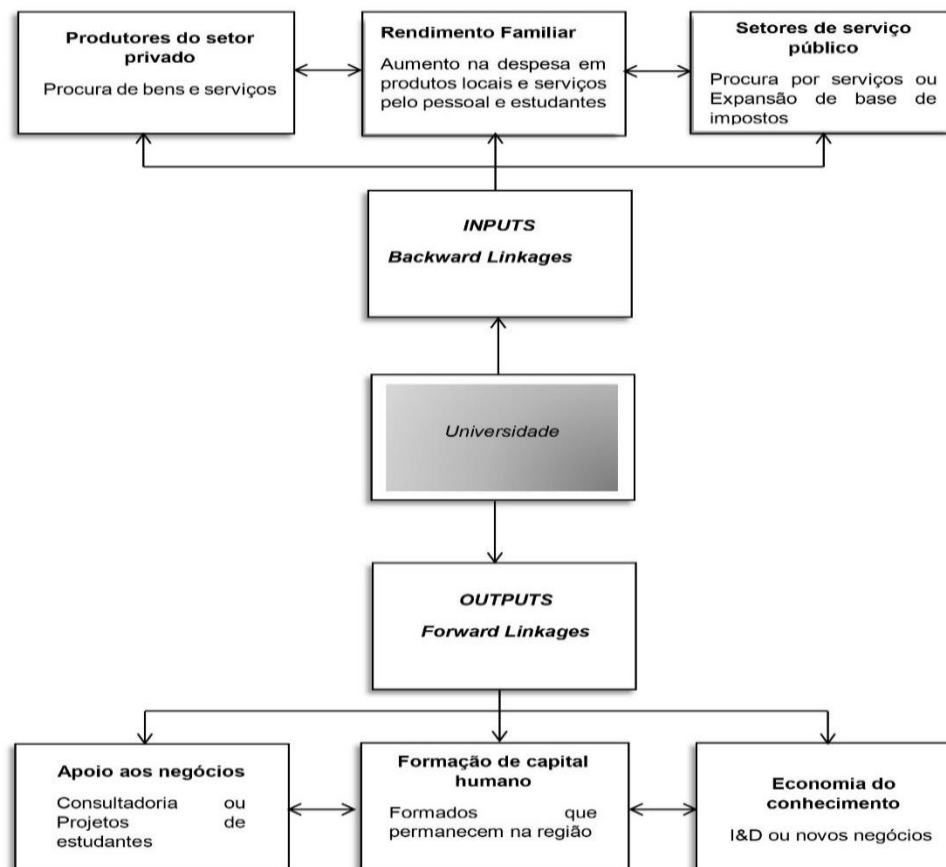


Figura 1: A abordagem *backward linkages* e a abordagem *forward linkages*
 Fonte: Adaptado de Cox e Taylor (2006, p.121)

Os recursos das IES, no caso o seu *input* provém das famílias, do Estado e das organizações privadas e ao mesmo tempo elas têm de pagar aos colaboradores e às empresas pelas compras de bens e prestação de serviços, que lhes é fornecida. A IES, através das despesas que realiza como um agente económico consumidor e conjuntamente com as despesas dos estudantes, vai provocar efeitos na economia regional ou os chamados *backward linkages*. Assim sendo e com base nas despesas da IES e dos estudantes, são estimados os impactos das IES no produto regional, no rendimento regional e no emprego regional pelos efeitos diretos, indiretos e induzidos, provocados pela procura da IES e pelas despesas dos estudantes.

Na abordagem do tipo *forward linkages*, a IES é vista como um fornecedor e produtor de *outputs*, por outras palavras, a IES é quem fornece e produz resultados, produtos ou serviços. A disponibilidade de diplomados na região pode ser um fator de atração de investidores em áreas intensivas em conhecimento. Cox e Taylor (2006) assumem que, a oferta de serviços das IES às empresas e a criação de novas empresas, são também considerados exemplos de *forward linkages* e estes efeitos trazem valor acrescentado para a região. A abordagem *forward linkages*, começou por ter menos importância nas avaliações de impacto económico das IES, dada a dificuldade das métricas utilizadas e da evidência do impacto ser menos expressiva, bem como, ser necessário analisar um período mais longo do que o período comumente usado na abordagem *backward*

linkages. Apesar de atualmente se reconhecer a grande relevância na determinação do impacto total de uma IES da abordagem *forward linkages*, este estudo pretende centrar-se na abordagem *backward linkages*, assente nos impactos de curto prazo, dada a limitação de tempo e de recursos para determinar o impacto de acordo com as duas abordagens.

Assim, para a aplicação da abordagem *backward linkages*, autores como Yserte e Rivera (2010); Ferreira (2019) afirmam que existem na literatura vários modelos, concentrando-se maioritariamente em três tipos de modelos: modelo *American Council on Education* – ACE, o modelo *Ryan Shortcut* ou modelos do tipo *Input-Output*.

O modelo *American Council on Education*, é um modelo desenvolvido por Caffrey e Isaacs em 1971, com o intuito de mensurar o impacto económico das IES nas regiões onde se inserem.

Para Smith (2006), no caso do modelo *Input-Output*, ou seja, modelo de entrada e saída, consiste na quantificação do impacto económico das IES, através do uso de tabelas IO, devidamente adaptadas à realidade de cada região, sendo que este modelo pode apresentar limitações na sua aplicabilidade, não só pela complexidade na criação da tabela ou matriz, mas também pelo próprio custo que o estudo acarreta.

Por fim, este mesmo autor assume que a abordagem o modelo *Ryan Shortcut* se baseia na obtenção de informações de fontes secundárias que permitem a estimação do impacto económico. Sendo necessário recolher toda a informação para a aplicação do modelo *Ryan Shortcut*, este modelo é equivalente à forma ACE.

Estes modelos podem ser comparados entre si, relativamente às vantagens e desvantagens de cada um, como consta a Tabela 1.

Tabela 1: Vantagens e Desvantagens dos modelos de Impacto Económico das IES

Método	Principais Vantagens	Principais Desvantagens
Modelo ACE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Este modelo analisa o impacto económico de uma IES sobre empresas ou negócios locais e sobre o governo local utilizando modelos e relações simples e diretas. 2. A informação utilizada é recolhida diretamente através de inquérito. 3. Permite a determinação dos impactos diretos e indiretos da instituição, indivíduos e visitantes. 4. Este método identifica claramente quem introduz fundos na região e de que forma o faz. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Por vezes, os impactos são sobrestimados dado considerar por todos os gastos como novos. 2. A recolha de informação através de inquéritos aos indivíduos e negócios locais, pode consumir muito tempo e recursos e ter uma baixa taxa de resposta. 3. Requer uma série de hipóteses sobre determinados parâmetros e sobre os multiplicadores. 4. O modelo <i>retail gravity</i> utilizado na estimação das percentagens dos gastos locais de um indivíduo é bastante complexo.
Modelo Ryan Shortcut	<ol style="list-style-type: none"> 1. O método é eficaz enquanto existirem sólidas e credíveis fontes de informação secundária que permitam estimar os parâmetros necessários ao modelo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Requer uma série de hipóteses acerca de parâmetros cruciais e dos multiplicadores. 2. Os efeitos indiretos podem ser sobrestimados.
Modelo Input-Output	<ol style="list-style-type: none"> 1. O método usa informação secundária para estimar os impactos sobre a economia local. 2. É uma das técnicas mais usadas neste tipo de estudos o que possibilita comparações entre instituições e regiões. 3. Permite determinar os efeitos diretos, indiretos e induzidos dos consumidores. 4. A disponibilidade das tabelas IO permite a desagregação da informação requerida pelo modelo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. É um modelo de curto prazo, dado que assume a consistência dos coeficientes estruturais de um determinado ano e mede os efeitos que uma procura exógena provoca no ano analisado. 2. A estrutura produtiva é constante e não parece ser afetada pelo investimento. 3. O modelo IO é linear e não contempla os fatores de substituição nem economias de escala.

Fonte: Adaptado de Yserte e Rivera (2010, p.49)

Realça-se, portanto, que o modelo *Input-Output* – IO, é amplamente utilizado em estudos realizados no contexto da realidade norte-americana, porém este modelo obriga à existência de tabelas IO regionais, com base em procedimentos próprios, que permitem a utilização e adaptação das tabelas de IO nacionais. Assim sendo, os multiplicadores regionais de entrada e saída - IO, responsáveis por relações intraindustriais dentro das regiões, são ferramentas úteis para conduzir a análise de impacto (Lynch, 2000, p.4 ; Smith, 2006, pp.8-9). Porém, na Europa ou em África este cenário nem sempre é possível e, especialmente, na região em análise não existem essas tabelas, que permitam essa avaliação (Smith, 2006).

Para Fernandes (2009), o modelo *Ryan Shortcut* é apenas eficaz quando existem sólidas fontes de informação secundárias que permitam a mensuração dos parâmetros do modelo. Em grande parte das regiões Santomenses, são difíceis de obter ou nem sequer existem. A mesma autora declara que, no caso de haver necessidade de recolha de toda a informação para aplicar o modelo *Ryan Shortcut*, o mesmo é equivalente à forma ACE.

Desta forma, dos modelos referenciados, selecionou-se o modelo ACE, sendo o mais adequado ao estudo, devido às suas características reacionárias, às suas vantagens e que se descreve em seguida.

1.4.1 Modelo American Council on Education

O *American Council on Education* – ACE publicou, em 1971, o manual com a metodologia para a realização dos estudos de impacto económico das IES com base no modelo desenvolvido pelos economistas Caffrey e Isaacs. De acordo com Yserte e Rivera (2010) grande parte de estudos (e.g., Moura, 2014; Saúde *et al.*, 2014; Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, 2019) sobre o impacto económico das IES segue as linhas orientadoras estabelecidas por este modelo. Os estudos de impacto económico do tipo ACE têm diferentes componentes regionais: impacto nos negócios locais, impacto sobre as administrações locais e o impacto nos indivíduos locais (Ferreira, 2019).

As inúmeras obras consultadas de autores como Fernandes (2009), Ferreira (2019), Lynch (2000), e Smith (2006), referem vários modelos de impacto económico, porém particularmente na determinação dos impactos económicos de uma Instituição de Ensino Superior, a maioria dos estudos realizados seguem as abordagens orientadoras estabelecidas pelo modelo desenvolvido por Caffrey e Isaacs (1971) apresentado no *American Council on Education*. Esta abordagem tem sido bastante explorada na avaliação do papel das IES nas regiões onde estão inseridas, bem como nas avaliações das necessidades de conhecer a importância das IES, como produtoras e produto de resultados, ou seja, pela abordagem *backward linkages*, enquanto abordagem de curto prazo. O modelo de estudo ACE já foi aplicado a várias instituições tanto portuguesas como brasileiras (e.g., Alves *et al.*, 2017; Carvalho, Nunes & Pinto, 2013; Moura, 2014; Niquito, Ribeiro & Portugal, 2018; Rolim & Serra, 2010).

Este modelo apresenta algumas limitações, pelo facto de sobrevalorizar os impactos, não distinguir os efeitos de exportação, dos efeitos de substituição de importação e não permitir calcular impacto de longo prazo, porém as suas características possibilitam uma melhor mensuração do impacto económico das IES. Os estudos sobre impactos económicos mais recentes que utilizaram este modelo relevam a qualidade das análises alcançadas (e.g., Alves *et. al.*, 2017; Ferreira, 2019).

O modelo ACE procura determinar os impactos nos negócios locais, no governo local e nos indivíduos que residem localmente, como representa detalhadamente a Figura 2.

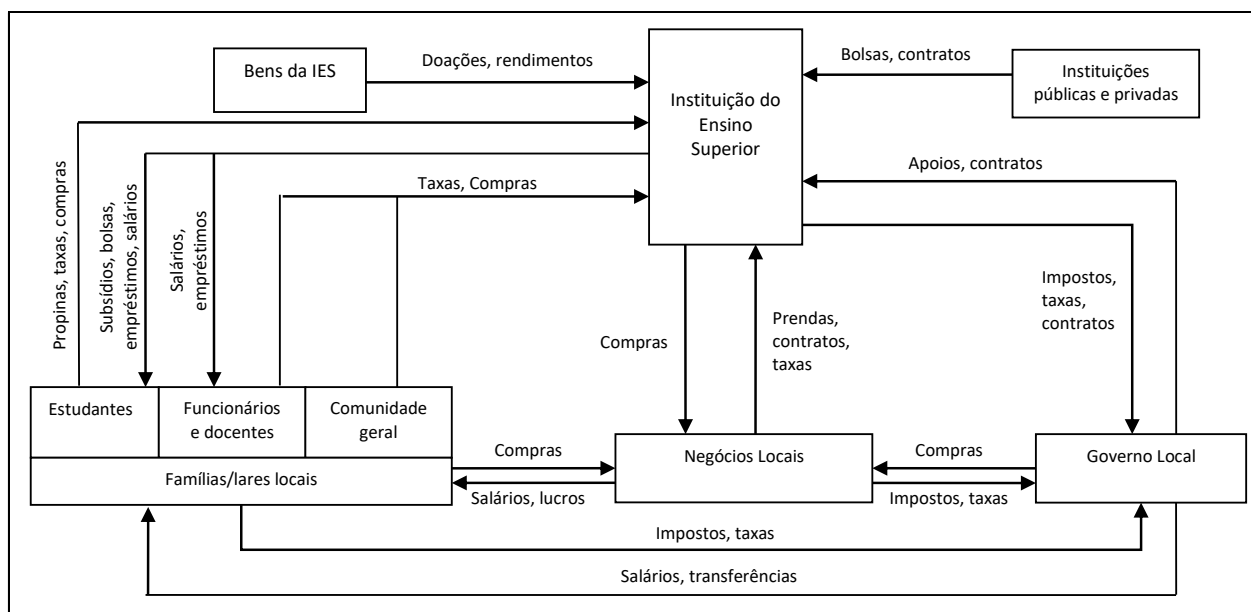


Figura 2: Modelo de fluxos monetários
Fonte: Caffrey e Isaacs (1971, p.7)

Este modelo consiste na determinação do aumento da atividade económica, devido a fontes locais, que ocorreria fora da região se a IES não existisse, resultando na sobrevalorização do impacto real Blackwell *et al.* (2002); Buchanan (1994); Johnson (1994) citado em Fernandes *et al.* (2014). Alguns autores como Arik e Nsiah (2004) consideram que o modelo ACE é de difícil execução na sua totalidade. Tendo em consideração essas dificuldades, procederam a algumas adaptações ao modelo constatado de forma a não prejudicar a qualidade das estimativas efetuadas. O modelo ACE é alvo de um conjunto de críticas, sendo que o primeiro facto que apontam é de não avaliar os efeitos de longo prazo e ignorar o efeito substituição de importação. No caso das IES esse impacto ocorre sempre que os alunos da região que estudam na instituição local fossem estudar para uma instituição fora da região, caso esta não existisse (Blackwell *et al.*, 2002).

No estudo de Caffrey e Isaacs (1971) incluíam-se nos seus cálculos todos os alunos que frequentam a IES sem ter em atenção que somente aqueles que mudaram para a região são os que introduzem novos valores a região, o que sobrevaloriza o impacto. De forma a não haver essa sobrevalorização o enfoque será somente nos gastos dos estudantes que mudaram para o distrito para frequentar a Universidade de São Tomé e Príncipe. Estes gastos devem ser considerados como um dos

impactos da instituição, ou seja, o efeito de exportação como foi anteriormente referido. Smith (2006) assume que os estudantes locais também têm um papel bastante importante no impacto económico da região, dado que se as IES não existissem, teriam ido para outra região e os seus gastos ocorreriam em outra região, daí ser considerado que este é um efeito de substituição de importação.

A lógica por detrás do modelo económico usado é mostrada através do esquema abaixo da Figura 3. Na análise da figura, pode-se constatar que o modelo tem a vantagem de diferenciar com precisão o cálculo do efeito de exportação e o cálculo do efeito substituição de importação.

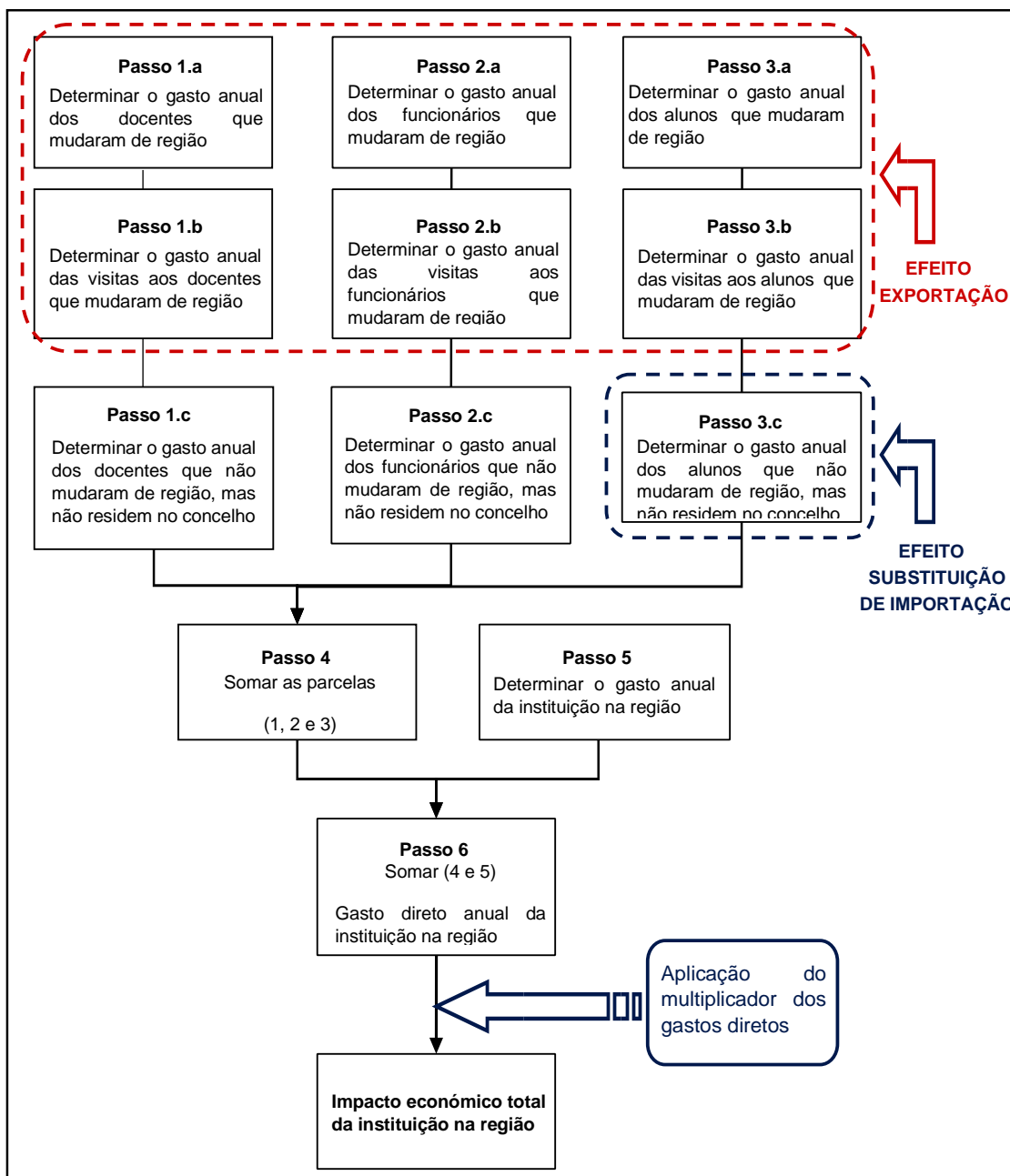


Figura 3: Modelo de estimação dos impactos económicos
Fonte: Fernandes (2009, p.193)

Assim, considerando que o modelo simplificado de Fernandes (2009) adapta o modelo ACE à realidade portuguesa e ultrapassa algumas das críticas iniciais, considerou-se de mais fácil adaptação à realidade de São Tomé e Príncipe. Este modelo é descrito mais detalhadamente na secção seguinte.

Para a mensuração do impacto económico da Universidade de São Tomé e Príncipe aplicou-se o modelo ACE alternativo, simplificado desenvolvido pela Fernandes (2009), tendo como objetivo tentar ao máximo que possível determinar o valor do impacto económico da IES através do seu modelo. Quanto à aplicação, constata-se que é muito mais simples, apenas se servindo a inquéritos distribuídos na comunidade e as fontes da IES que permitem determinar qual o gasto da IES na região (Moura, 2014).

2. Enquadramento metodológico

O presente estudo pretende avaliar o impacto económico da Universidade de São Tomé e Príncipe – USTP no desenvolvimento económico da região onde se insere. Pretende-se ainda determinar, e sempre que possível quantificar, as vantagens e as desvantagens inerentes à existência desta instituição para a região. De facto, os modelos teóricos analisados determinam o impacto económico que as instituições de ensino superior geram nas regiões onde estão inseridas, mas realçam a existência de benefícios nem sempre quantificáveis, como o acesso à população aos eventos culturais ou científicos promovidos pelas IES, e realçam também a existência de custos que não são considerados, e.g. o acréscimo da criminalidade ou o acréscimo na procura de serviços públicos com os consequentes reforços destes serviços suportados pelas entidades públicas locais.

Para se conseguir determinar da forma mais completa e mais precisa possível, a metodologia proposta assenta num paradigma pós-positivista e seguirá uma abordagem quantitativa. Pretende-se, portanto, realizar um estudo descritivo transversal que se baseará num inquérito por questionário.

O estudo iniciou com a revisão da bibliografia, onde de forma detalhada se descreveram os modelos de impacto económico e o caso particular dos modelos de impacto económico direcionados para as Instituições de Ensino Superior. Nesta fase de redação da dissertação serão também apresentadas e analisadas as alterações consideradas relevantes de forma a adequar o modelo à realidade de São Tomé e Príncipe.

Os dados necessários para aplicar o modelo foram obtidos através de questionários - realizado aos funcionários, aos docentes e aos alunos da IES, no período compreendido entre 7 de abril a 25 de julho de 2020, através da instituição do ensino superior pública e através de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe.

Fernandes (2009) defende que este modelo pretende também identificar quem está a gastar, quanto está a gastar, que bens e serviços estão a ser adquiridos e onde estão a ser adquiridos. Segundo o modelo da mesma autora, para isso, considera que são cinco as fontes de impacto direto nomeadamente:

1. Gastos locais relacionados com a IES, nomeadamente para equipamento de fornecimento de material, comunicações, entre outros;
2. Gastos locais dos funcionários docentes;
3. Gastos locais dos funcionários não docentes;
4. Gastos locais dos Estudantes;
5. Gastos locais dos visitantes.

Para a determinação do impacto, serão tidas em conta apenas quatro fontes dos gastos, das já enunciadas anteriormente, e os respetivos gastos realizados durante o período letivo de 2019/2020 da USTP. Decidiu-se não incorporar a fonte de gastos “visitantes” dado que não se aplica à realidade Santomense.

A aplicação deste modelo como ressalta Moura (2014, pp.23-24) *“pode resultar em valores menores, quer no impacto monetário, quer na quantidade de postos de trabalho criados graças à IES, que no caso concreto do modelo simplificado é obtido através do conceito de produtividade aparente do trabalho, que indicia que é um modelo mais conservador”*.

No âmbito do estudo, para ser possível aplicar o modelo apresentado na Figura 3, dado que não existe qualquer estudo anterior ou qualquer registo dos valores requeridos para a determinação do impacto económico, será necessário recolher dados primários. Assim, será desenvolvido o instrumento de recolha de dados primários que assentará num inquérito por questionário estruturado. Este questionário estruturado será aplicado às três fontes de impacto identificadas na revisão da literatura representadas pelos indivíduos da instituição: os funcionários docentes, os funcionários não docentes e os estudantes. A elaboração do questionário seguirá os modelos já existentes na literatura e pretenderá compreender quem são os indivíduos que compõem a Universidade de São Tomé e Príncipe, qual o seu comportamento enquanto consumidores de bens e serviços da região. Antes de se aplicar o questionário teve lugar um pré-teste com os indivíduos da população-alvo de forma a aferir a dificuldade sentida na compreensão das questões

apresentadas e o tempo necessário à sua resposta. Na fase do pré-teste com os indivíduos, as principais dificuldades sentidas por parte do público-alvo foram as seguintes: dificuldade na compreensão do nível académico, o objetivo do estudo, apesar de devidamente explicado, e, por último, o valor presente nas categorias dos gastos, pelo facto da realidade de grande parte do público não se enquadrar nos respetivos valores. Estimou-se ainda que o tempo necessário para as respostas seria de 5 minutos, no máximo.

Através da dimensão da população seria possível selecionar uma amostra para aplicar o questionário, mas devido a inesperados constrangimentos encontrados e à situação pandémica, foi necessário proceder à aplicação do questionário on-line. Os dados recolhidos retrataram um momento específico do tempo (corte transversal), o ano letivo 2019-2020, de acordo com Fernandes (2009).

A recolha da informação permite estudar o impacto da instituição recorrendo a técnicas de estatística descritiva e análise bivariada. Com essa análise é possível determinar o impacto da universidade na região, quanto contribui em termos de volume de negócio e de número de empregos gerados. Permitirá também aferir se o impacto da IES é superior ao orçamento público recebido.

Por outro lado, será ainda intenção deste estudo identificar custos que a região, a autarquia e outros serviços públicos, têm de suportar devido à existência da universidade. Esta análise dependerá da recolha de informação primária através das entidades públicas regionais.

2.1 A estrutura do questionário

Para a recolha da informação planeada, foi distribuído um questionário pela comunidade escolar através do uso das redes sociais e questionários impressos (cf. apêndices A, B, C e D). Este questionário baseou-se fundamentalmente nos trabalhos de Fernandes (2009). Com estes questionários, pretendeu-se caracterizar os indivíduos e os seus comportamentos, segundo as tabelas seguintes:

Tabela 2: Questionário aos Docentes e Funcionários

Secção	Título	Questões	N.º de Questões
1	Caracterização	Sexo, Idade, Estado Civil, N.º de Agregado Familiar, Residência	5
2	Principal motivo de residir no Distrito de Água Grande	Motivos	1
3	Caracterização Profissional	Unidade Orgânica e Categoria Profissional	2
4	Condições de Vida	Rendimento Mensal, Tipo de Alojamento, Gastos	3

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 3: Questionário aos Alunos

Secção	Título	Questões	N.º de Questões
1	Situação Familiar	Habilitação Académica, Situação Profissional, Rendimento Médio Mensal	3
2	Caracterização	Sexo, Idade, Nacionalidade, Estado Civil, Curso, Ano de Escolaridade, Situação Profissional, Unidade Orgânica	8
3	Principal motivo de residir no Distrito de Água Grande	Localização, Local de residência no período escolar	2
4	Condições de Vida	Gastos dos alunos	1

Fonte: Elaboração Própria

As Tabelas 2 e 3 ilustram as questões que foram colocadas nos questionários que foram distribuídos. No caso dos docentes e funcionários, as 11 questões do questionário abrangem três temas: *caracterização pessoal*, *caracterização profissional* e *condições de vida*. No caso dos alunos, as 14 questões do questionário centraram-se sobre quatro categorias: *caracterização pessoal*, *percurso escolar*, *situação familiar* e *condições de vida*.

2.2 Seleção da amostra e recolha de dados

No decorrer do segundo semestre do ano letivo 2019/2020 foram aplicados os questionários à comunidade. Em todos os casos, alunos, funcionários docentes e funcionários não docentes, o objetivo seria indagar o maior número de indivíduos da população possível.

Para o efeito, foi disponibilizada uma hiperligação para que docentes, funcionários e alunos pudessem preenchê-lo pela internet. A autorização para aplicação deste questionário foi solicitada à reitoria da Universidade de São Tomé e Príncipe. Por parte da reitoria, foi recomendado que a aplicação do questionário fosse realizada diretamente em contacto com as faculdades para que estas disponibilizassem as referidas hiperligações.

Verificou-se que a atual situação de pandemia que provocou o fecho de várias IES a nível mundial e o confinamento dos funcionários e alunos em suas casas, provavelmente impediu uma maior adesão, dado que potencialmente estes indivíduos, dada a realidade do país, terão um acesso pessoal ao serviço de internet mais limitado comparativamente ao que é disponibilizado pela universidade.

Assim, a fraca adesão dos funcionários docentes e não docentes e alunos a esta forma de preenchimento do questionário motivou a que se solicitasse o preenchimento diretamente através das redes sociais, em grupos relacionados com a instituição, explicando o objetivo do estudo em causa.

De modo a chegar ao maior número de alunos e funcionários, foi feito um esforço contínuo e constante a solicitar o preenchimento dos formulários e a divulgação dos mesmos. Foi ainda possível, através da preciosa ajuda de alguns docentes, divulgar de forma mais direcionada e persistente.

Os funcionários docentes da USTP são 242 indivíduos, que constituem a população, sendo que foram inquiridos 39 docentes correspondentes à amostra. Da população de funcionários não docentes obtiveram-se respostas de 11 indivíduos, sendo a população constituída por 69 indivíduos. A população dos alunos em 2019/2020 atingia os 2.028 indivíduos. Relativamente aos questionários sobre os alunos responderam ao todo 113 alunos, tendo sido esta a amostra considerada.

Reconhece-se, no entanto, que houve a violação de alguns critérios na recolha da informação, mantendo-se o propósito de determinar o impacto da universidade na região. A recolha inicial da informação pressupunha o acesso restrito apenas à comunidade da USTP, com deslocação e contacto direto com a mesma, porém, não foi possível realizar o estudo desta forma. Não sendo possível determinar esse impacto com um grau de confiança, serve este estudo para indicar a melhor estimativa possível do impacto, dado que não existe nenhuma. Sustenta-se que o principal aspeto que se deve considerar na avaliação da estimativa do impacto obtido neste estudo “é a ordem de magnitude dos valores estimados e não a precisão do valor obtido” (Oliveira *et al.*, 2019, p. 10).

3. O Impacto da Universidade de São Tomé e Príncipe na região de Água Grande

Para uma melhor determinação do impacto económico da Universidade de São Tomé e Príncipe é fundamental, desde o princípio, identificar a região em que está inserida e que benefícios usufruí com a sua existência. Neste âmbito, tomou-se em consideração que a economia local em estudo corresponde ao distrito de Água Grande, pelo que se fará uma descrição deste distrito.

3.1 Caracterização do distrito de Água Grande

Com uma área de 1001 quilómetros quadrados, São Tomé e Príncipe, é um país localizado no Golfo da Guiné e banhado pelo oceano Atlântico. O país é constituído por duas ilhas nomeadamente: São Tomé com uma área de 859 Km² e Príncipe com 142 Km² e inúmeros ilhéus. Quanto à organização, São Tomé e Príncipe administrativamente está constituída por seis distritos na ilha de São Tomé e uma região autónoma na ilha do Príncipe, onde se localiza o sétimo distrito. Os distritos são: Mé-

Zochi, cuja capital distrital é a cidade da Trindade; Cantagalo, a cidade de Santana; Caué, cidade de São João dos Angolares; Lembá, a cidade de Neves; Lobata, a cidade de Guadalupe; Pagué na ilha do Príncipe, a cidade de Santo António do Príncipe e por fim, Água Grande, onde se situa a capital do país cidade de São Tomé e que será o objeto deste estudo.

Como se pode verificar na Figura 4, onde se representa a Divisão Administrativa de São Tomé e Príncipe.

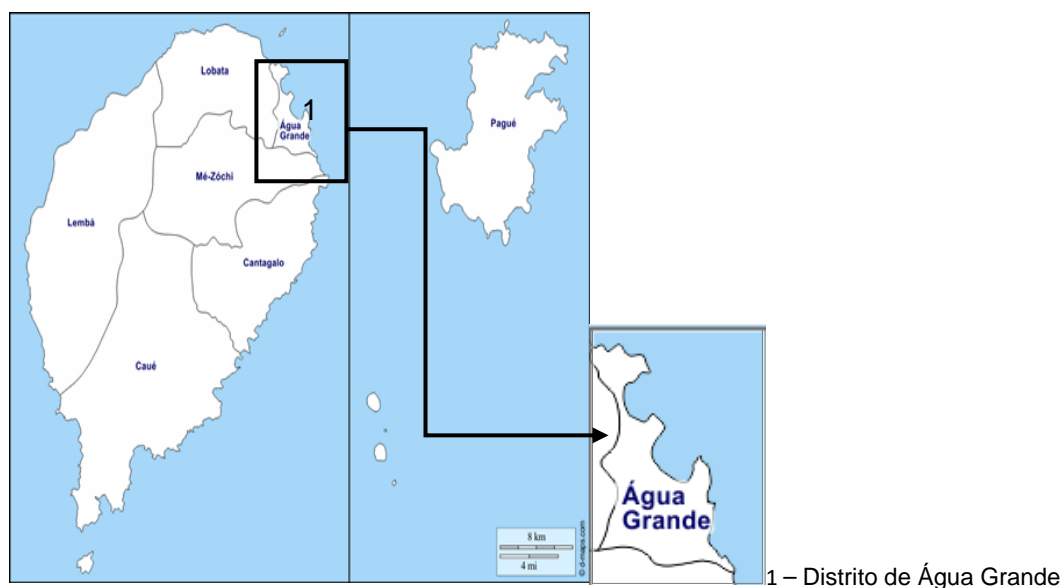


Figura 4: Divisão Administrativa de São Tomé e Príncipe
Fonte: <https://images.app.goo.gl/9mQVcNgai4jZxFAp7>, acedido em 05 de abril de 2020.

De acordo com a sua divisão, “cada distrito é representado por uma autarquia, ou seja, Câmara Distrital, que é dirigida por um presidente eleito democraticamente e a Região Autónoma do Príncipe é dirigida por um Governo Regional, chefiado por um presidente eleito democraticamente” (ANEME, 2018).

Na Tabela 4 são identificados alguns dos principais indicadores que permitem auxiliar mais detalhadamente o distrito em análise. A análise à Tabela 4 evidencia que o distrito de Água Grande é o mais favorecido em São Tomé e Príncipe. Todos os indicadores examinados evidenciam valores bastante favoráveis comparativamente a outros distritos do país.

Tabela 4: Resumo dos Indicadores da população santomense

Distritos	Água Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lobata	Lembá	Pagué
População (2012)	67.965	43.623	16.757	5.860	18.937	14.320	7.136
0-14 anos	27.620	18.789	7.482	2.635	8.325	6.592	3.176
15-24 anos	13.434	8.862	3.279	1.139	3.724	2.724	1.269
25-64 anos	25.984	15.281	5.768	2.011	6.607	4.844	2.604
65 ou mais	927	691	228	75	281	160	87
Taxa de analfabetismo (2012)	6,65%	9,04%	13,28%	21,58%	10,83%	18,08%	11,09%
Taxa bruta de natalidade (2012)	28,52%	--	--	--	--	--	--
Taxa bruta de mortalidade (2012)	5,11%	--	--	--	--	--	--
Índice de envelhecimento (2012)	6,71%	7,58%	6,72%	8,20%	6,74%	6,42%	7,37%
Número de hospitais	1	--	--	1	1	1	1

PIB per capita (2012)	1. 918\$ (*)	--	--	--	--	--	--
Índice do poder de compra	(2013) 3.244\$ (*)	--	--	--	--	--	--
	(2014) 3.176\$ (*)	--	--	--	--	--	--
	(2015) 3.400\$ (*)	--	--	--	--	--	--
População ativa (2012)	56. 792	--	--	--	--	--	--
Taxa de desemprego (2012)	13,6%	--	--	--	--	--	--
Edifícios de habitação familiar clássica (2012)	69.772	44. 763	17. 169	6.062	19.414	14.676	7.344

(*) Valores globais estimados
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INE (2012)

O distrito de Água Grande, de acordo com censo de 2012, acolhia 67.965 habitantes, possui um índice de envelhecimento de 6,7% um dos mais baixos comparativamente a outros distritos do país e uma área geográfica de 16,5 Km², é o menor em termos de área e o mais populoso do país.

Relativamente ao contexto económico, São Tomé e Príncipe possui uma rede de estradas na ordem de 1180 km, dos quais aproximadamente 250 são asfaltadas, porém, as infraestruturas rodoviárias sofrem de insuficiência crónica de manutenção. O estado dessas infraestruturas, são sobretudo de terra batida, que continuam a servir de constrangimento à competitividade económica, bem como à qualidade de vida dos cidadãos que habitam no meio rural.

O país está apetrechado de quatro portos marítimos, três localizados em São Tomé: Porto Ana Chaves no Distrito de Água Grande, Porto de Fernão Dias e Porto de Transbordo de Combustíveis em Neves e o quarto na ilha do Príncipe, na cidade de Santo António.

No entanto, o maior porto do país, porto de Ana Chaves, tem os equipamentos obsoletos e pouca profundidade, o que o torna inadequado para navios internacionais, forçando os navios a um longo tempo de espera, facto que se reflete nos custos de transporte e seguros, tornando essa secção da economia pouco relevante.

Quanto ao transporte aéreo, existem dois aeroportos, um localizado em São Tomé e o outro na ilha do Príncipe. A gestão aeroportuária é assegurada pela Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea – ENASA, empresa essa de domínio público (ANEME, 2018).

O Aeroporto Internacional do país, reclama por reabilitação, no que toca às normas internacionais de segurança e qualidade, limitando desta via o número de voos internacionais e agrava ainda mais os custos associados à insularidade do país devido à distância e à descontinuidade territorial.

Os seus principais recursos naturais e produções são cacau, copra, café, óleo de palma, noz de coco, madeira e petróleo, onde cerca de 90% das receitas de exportação, são inerentes a monoculturas de cacau, com a ocupação de 80% da área de cultivo de plantações estatais. O setor económico do país é pobre, pouco diversificado e assente essencialmente na produção e exportação de cacau, representando 90% do total das receitas do país, segundo os dados do (INE, 2014).

O distrito de Água Grande é o que mais emprega pessoas e representa 41% da fatia nacional de empregabilidade. O setor terciário é o mais dinâmico no país e o que mais emprego gera, corresponde a aproximadamente 51%, de acordo com os dados e estudos realizados pela mesma instituição no ano de 2012.

Há uma forte aposta no turismo do país para o seu desenvolvimento, mas a descoberta de jazidas de petróleo nas águas abriu novos horizontes de exploração e desenvolvimento.

Em termos económicos, o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial são os organismos internacionais que mais têm colaborado no progresso e desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, um país com uma economia bastante frágil e dependente de parcerias, ou seja, *“financiamentos e donativos representam 58% sensivelmente do total das receitas do país para o ano 2019”* (Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, 2019).

São Tomé e Príncipe faz parte de inúmeras organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas e as suas agências, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Organização Mundial do Comércio, a Comunidade Económica dos Estados da África Central, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e em termos económicos, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Quanto à sua caracterização social, a população do país tem vindo a crescer nos últimos anos, passando de 137.599 habitantes, em 2001, para 174.598 habitantes em 2012, segundo os valores estimados apresentados pelo INE (2012).

A população de São Tomé e Príncipe é maioritariamente jovem, no distrito de Água Grande há uma estimativa da população de 67.965 habitantes, ou seja, é o distrito mais populoso do país, de acordo com os dados do censo de 2012, do Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe – INE.

Esta fonte afirma ainda que, o distrito em estudo apresenta uma densidade populacional de 4.604,5 habitantes por km², e comparativamente a outros distritos possui a mais forte concentração da população.

3.2 Caracterização da Universidade de São Tomé e Príncipe

O ensino superior em São Tomé e Príncipe *“organiza-se num sistema binário, devendo o ensino universitário orientar-se para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação, e o ensino politécnico concentrar-se*

especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente". Tem como objetivo *"a qualificação de alto nível dos seus cidadãos, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, no quadro de referência internacional"* (Diário da República n.º 31/17). O Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, *foi criado a 31 de dezembro de 1996, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 88/96 e foi a primeira instituição pública de ensino superior no país*. A 24 de julho de 2014, através do Decreto-Lei n.º 9/2014, o governo Santomense decidiu conceber a Universidade Pública de São Tomé e Príncipe, dando seguimento a constituição da primeira universidade pública no país. Posteriormente à sua fundação, a universidade acabou por captar mais três instituições de ensino que funcionavam no país de forma autónoma, sendo essas instituições:

- Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe
- Escola de Formação de Professores e Educadores
- Instituto de Ciências de Saúde "Victor Sá Machado"

Em 2015 surge a necessidade de alterar a designação da instituição, passando a denominar-se por Universidade de São Tomé e Príncipe. A Universidade de São Tomé e Príncipe é uma instituição pública de ensino superior *"que assume a sua responsabilidade e o seu papel central na dinâmica do desenvolvimento económico e social do país"*. A mesma instituição *"resulta da necessidade de criação de uma estrutura capaz de congregar as diferentes instituições e polos de formação com finalidade de conferir uniformidade funcional e institucional ao ensino superior de São Tomé e Príncipe"* (Decreto-Lei n.º 03/2016). Mormente um ano e meio sobre a institucionalização da USTP, a realidade veio demonstrar que o diploma possuía insuficiências que deveriam ser supridas com a sua implementação.

Com a implementação do Decreto-Lei n.º 03/2016, introduziu-se uma grande reforma administrativa que altera o Decreto-Lei n.º 9/2014, que criou a universidade e surge uma nova configuração da USTP:

- Instituto Superior de Educação e Comunicação
- Instituto Superior de Ciências de Saúde
- Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Essas alterações têm em vista uma maior operacionalidade das atividades e autonomia funcional, científica, patrimonial e financeira aos seus responsáveis e alargamento do período transitório.

A Universidade de São Tomé e Príncipe é constituída por três unidades orgânicas, a Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT; o Instituto Superior de Educação e Comunicação – ISEC e o Instituto Superior de Ciências de Saúde – ISCS. Tem como missão essencialmente a produção e difusão de conhecimento de qualidade para a sociedade estudantil santomense, em especial, e a todos os que procuram os seus serviços. Os seus contributos *"assentam-se na formação dos recursos humanos*

dados como primordiais ao desenvolvimento sustentável e harmonioso do país e do mundo” (Plano Estratégico, 2017, p.7). A universidade assenta em valores de liberdade; excelência; autonomia; qualidade; empreendedorismo; sustentabilidade; internacionalidade aos que acresce outros valores de democracia; justiça; cidadania; solidariedade; transparência; trabalho e criatividade.

Os cursos que são ministrados na USTP são esses, distribuídos nas unidades orgânicas correspondentes:

- Faculdade de Ciências e Tecnologia oferece os seguintes cursos:
 - Agronomia, Biologia, Direito;
 - Economia, Engenharia Informática, Física;
 - Geografia, Gestão Bancária, Gestão de Empresas;
 - História, Língua Francesa, Língua Portuguesa;
 - Matemática, Química e Turismo.
- Instituto Superior de Educação e Comunicação disponibiliza os respetivos cursos:
 - Educação Básica, Ciências de Educação; Educação de Infância;
 - Educação Física, Marketing e Publicidade, Ensino Básico;
 - Ciências de Comunicação, Ensino Básico (Complemento) e Ensino Pré-Escolar (Complemento)
- Instituto Superior de Ciências de Saúde tem as seguintes ofertas formativas:
 - Enfermagem;
 - Gestão e Administração de Serviços de Saúde;
 - Enfermagem (Curso médio).

Relativamente à população da Universidade de São Tomé e Príncipe na sua globalidade é constituída por alunos, funcionários docentes e funcionários não docentes. Segundo os dados facultados pela universidade para o ano letivo de 2019/2020 as suas unidades orgânicas estão constituídas por um total de 2.028 alunos, 242 docentes e 69 funcionários, sendo que estes estão repartidos pelas suas três unidades orgânicas deste modo:

- Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT composta por um total de 1.232 alunos, 142 docentes e 34 funcionários.
- Instituto Superior de Educação e Comunicação – ISEC constituída por cerca de 686 alunos, 63 docentes e 18 funcionários.
- Instituto Superior de Ciências de Saúde – ISCS formada por 110 alunos, 37 docentes e 17 funcionários.

No que diz respeito ao número dos funcionários, é de salientar que a Administração é formada pelos funcionários docentes, no caso Presidente e Vice-Presidente, por isso não refletiram no número dos funcionários não docentes, uma vez que estão em comissão de serviço e considerou-se que eram funcionários docentes.

Tendo em conta os valores presentes, pode-se concluir que a unidade orgânica com maior número populacional no ano letivo 2019/2020 é a Faculdade de Ciências e Tecnologia, comparativamente a outras unidades orgânicas que fazem parte da USTP.

Estes foram os indivíduos considerados para a determinação do impacto económico direto da USTP na região.

3.3 Determinação do impacto da Universidade de São Tomé e Príncipe

O modelo de Fernandes (2009) foi aplicado à USTP, com objetivo na determinação do impacto económico da universidade no distrito de Água Grande, no ano letivo 2019/2020. O valor obtido é um impacto médio, para o ano em estudo, e foi obtido com base nos questionários distribuídos.

O impacto direto da USTP será determinado em função dos gastos realizados por quatro fontes de impacto: os docentes, os funcionários, os alunos e os gastos da própria instituição.

Depois do apuramento dos gastos de cada fonte, estes serão somados, e de seguida será aplicado um multiplicador, onde se obterá o impacto total que a USTP terá na economia local (Moura, 2014).

Os docentes que mudaram de região para lecionar na USTP correspondem ao impacto direto da instituição na economia local, bem como as visitas que os mesmos recebem. Para além desses valores, no estudo de Fernandes (2009), a autora teve em consideração os docentes que não mudaram de região para lecionarem na universidade, mas que não residiam na localidade em estudo.

3.3.1 Caracterização da amostra dos funcionários docentes

Os docentes no ano letivo 2019/2020 atingiam os 242 indivíduos, sendo que foram inquiridos 42 docentes, mas apenas se consideraram 39 respostas válidas. São maioritariamente do sexo masculino (54,8%), sendo que a grande maioria está na faixa etária entre 36 e 40 anos (33,3%) e são casados ou em união de facto (50%). Em relação à habilitação académica, a maioria (58,5%) possui o grau de mestre, sendo que 7,3% são detentores do grau de doutor. Observa-se uma elevada percentagem dos docentes (89,7%) que residem no distrito, sendo a decisão de permanecerem no distrito de residência identificada com a integração no corpo docente da USTP. Quanto à composição do agregado familiar varia na maioria dos casos quatro pessoas (37,8%).

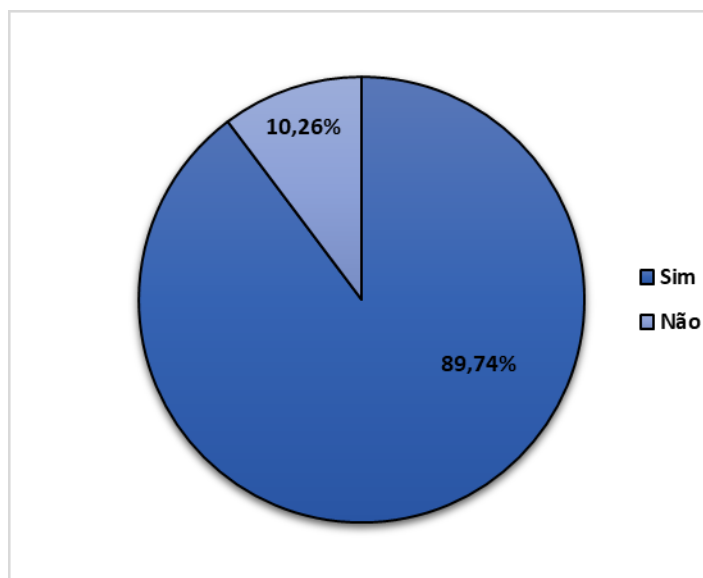


Figura 5: Reside no distrito de Água Grande?
 Fonte: Questionário aos docentes.

A Figura 5 sugere que mais de metade dos docentes (89,7%) que responderam ao inquérito residem no distrito de Água Grande, o distrito onde se situa a USTP. Deste modo, comprova-se que uma das razões pela qual a USTP é tão importante e é capaz de contribuir para a retenção das pessoas na região, que são responsáveis por dinamizar a atividade económica na cidade de São Tomé.

3.3.1.1 Caracterização dos Gastos dos docentes

Para o tratamento e análise dos dados, recorreu-se ao Excel, a fim de obter os valores para poder realizar uma devida análise do impacto dos docentes no desenvolvimento económico da USTP. Na Tabela 5 todos os valores foram calculados e eliminando os inquéritos que, as diferentes opções, não indicavam valores nos gastos para serem considerados, visto que estes valores têm influência nos resultados. Foram eliminados do inquérito aproximadamente 5% das respostas. Esta foi a opção determinada para todas as categorias.

Salienta-se que, visto que os gastos foram identificados em termos de intervalos de valores, todos os cálculos das médias foram realizados com recurso ao ponto médio dos intervalos, tendo sido assim calculado, também com recurso ao ponto médio, o desvio padrão para cada categoria.

Tabela 5: Resumo dos gastos médios mensais por categorias dos funcionários docentes inquiridos, em dobras

	Alimentação	Alojamento	Educação	Transportes	Vestuário Calçado	Telecomunicações	Despesas Correntes	Saúde	Outras Despesas
n	32	20	27	32	32	34	35	30	27
Média	2.078,1	1.825,0	1.777,8	1.820,3	1.460,6	1.176,5	1.200,0	1.283,3	1.490,7
Mediana	2.250	2.125	2.000	2.000	1.500	1.000	1.000	1.000	1.500
Desvio padrão	268,6	460,0	500,0	470,2	468,3	385,8	368,6	468,9	473,9

Fonte: Elaboração própria.

A tabela dos gastos médios mensais por categoria, indica-nos que a categoria alimentação é aquela com mais impacto, com uma média de 2.078,1 dobras (STN), valor esse correspondente a 84,8€. O gasto com o menor impacto refere-se à categoria das telecomunicações, em que a média são de 1.176,5 dobras (STN), convertido em euros, equivale a 48,02€. O valor da categoria alimentação permite concluir que, em média, os funcionários docentes da USTP gastam mensalmente 84,8€. Em seguida, foi criada uma variável “total gasto” descrita na Tabela 6, cujo valor apresentado foi calculado através da soma dos valores apresentados nas nove categorias já referenciadas.

Tabela 6: Resumo dos gastos totais médios mensais dos funcionários docentes inquiridos

	Total dos gastos STN	Total dos gastos EUR
n	39	39
Média	10.685,9	436,2
Mediana	10.750,0	438,8
Desvio padrão	3.748,5	153,0

Nota: Valores convertidos com base nas taxas de referências diárias publicadas pelo Banco de Portugal 1STN=0,04082EUR consultado no dia 25/10/2020

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se aceitar os valores totais dos funcionários docentes nas diferentes categorias, sendo considerado para a análise o modelo de Fernandes (2009). Numa amostra de 39 funcionários docentes inquiridos, com base nos valores dos que responderam, permitiu-nos verificar que os gastos totais atingem um valor médio mensal de 10.685,9 dobras (STN), correspondente a 436,2€.

O valor calculado pode nos indicar que em média os 39 funcionários docentes inquiridos realizam um gasto de 436,2 euros mensalmente (mediana de 439,0€).

Funcionários docentes que mudaram de distrito para trabalharem na USTP

Na Tabela 7 é apresentada o resumo dos gastos médios mensais das nove categorias dos funcionários docentes que foram inquiridos na universidade.

Tabela 7: Resumo dos gastos médios mensais por categorias dos funcionários docentes inquiridos que mudaram de distrito, em dobrás

	Alimenta ção	Aloja mento	Educa ção	Trans portes	Vestuário Calçado	Teleco municações	Despesas Correntes	Saúde	Outras Despesas
n	5	2	4	5	5	5	5	5	4
Média	2.250,0	2.250,0	2.000	2.200	1.700	1.300	1.200	1.000	1.562,5
Mediana	2.250	2.250	2.000	2.250	2.000	1.500	1.500	1.000	1.500
Desvio padrão	0,0	0,0	0,0	80,0	360,0	440,0	360,0	200,0	562,5

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 7 dos gastos médios mensais por categoria, evidencia que os gastos na categoria alimentação, é a que tem mais impacto com uma média de 2.250 dobrás (STN), valor esse que convertido em euros, corresponde a 91,8€ e aquele com menos impacto é o gasto na categoria saúde no valor de 1.000 dobrás (STN) que em euros corresponde a 40,82€. O valor apresentado leva-nos a concluir que, em média os funcionários docentes que mudaram de distrito gastam mensalmente 91,8€ por mês na categoria alimentação.

De seguida, foi criada uma variável “total gasto” na tabela 8, cujo valor apresentado foi calculado através da soma dos valores apresentados as categorias já mencionadas. Considerando o número total dos funcionários docentes inquiridos, pode-se obter na tabela seguinte.

Tabela 8: Resumo dos gastos totais médios dos funcionários docentes que mudaram de distrito

	Total dos gastos STN	Total dos gastos EUR
n	5	5
Média	13.400,0	546,9
Mediana	13.500,0	551,0
Desvio padrão	1.360,0	55,5

Nota: Valores convertidos com base nas taxas de referências diárias publicadas pelo Banco de Portugal
1STN=0,0482EUR consultado no dia 25/10/2020

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 8 referente aos gastos totais médios mensais, indica-nos que os funcionários docentes que mudaram de distrito para trabalharem na USTP gastam mensalmente em média 13.400,0 dobras (STN), valor esse que corresponde a 546,9€ e uma mediana de 551,0€. Verifica-se que apenas há registo na amostra de cinco docentes que mudaram de distrito para trabalhar na USTP, pois a grande maioria dos funcionários docentes são da região.

Funcionários docentes que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande

É apresentada na Tabela 9 os gastos das diferentes categorias em estudo, dos funcionários docentes que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande.

Tabela 9: Resumo dos gastos médios mensais por categorias dos funcionários docentes inquiridos que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande, em dobras

	Alimenta ção	Aloja mento	Educa ção	Trans portes	Vestuário Calçado	Teleco municações	Despesas Correntes	Saúde	Outras Despesas
n	8	5	6	7	6	5	7	5	5
Média	1.500,0	1.500,0	1.250,0	1.928,6	958,3	1.100,0	1.107,1	800,0	1.250,0
Mediana	2.250	1.000	1.000	2.250	875	1.000	1.000	750	1.500
Desvio padrão	937,5	600,0	333,3	459,2	208,3	160,0	224,5	80,0	300,0

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 9 dos gastos médios mensais por categoria, evidencia que os gastos na categoria transportes são os que têm mais impacto com uma média de 1.928, 6 dobras (STN), valor esse

convertido em euros, que corresponde a 78,72€ e aquele com menos impacto é o gasto na categoria saúde no valor de 800 dobras (STN) que em euros corresponde a 32,65€. O valor apresentado leva-nos a concluir que, em média os funcionários docentes que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande, gastam mensalmente 78,72€ por mês na categoria transportes.

De seguida, foi criada uma variável “total gasto” na Tabela 10, cujo valor apresentado foi calculado através da soma dos valores apresentados as categorias já mencionadas. Considerando o número total dos funcionários docentes inquiridos, pode-se obter na tabela seguinte.

Tabela 10: Resumo dos gastos totais médios mensais dos funcionários docentes inquiridos, que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande

	Total dos gastos STN	Total dos gastos EUR
n	8	8
Média	8.843,8	361,0
Mediana	10.500	428,6
Desvio padrão	4.070,3	166,1

Nota: Valores convertidos com base nas taxas de referências diárias publicadas pelo Banco de Portugal
 1STN= 0,04082EUR
 Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 10 referente aos gastos totais médios mensais, apresenta-nos que os funcionários docentes da USTP que não mudaram de região, mas não residem no distrito de Água Grande gastam mensalmente em média 8.843,8 dobras (STN), valor esse correspondente a 361,0€ e uma mediana de 428,5€.

3.3.2 Caracterização da amostra dos funcionários não docentes

O número de funcionários não docentes no ano letivo 2019/2020 na USTP são de 69 funcionários e responderam aos inquéritos 11 funcionários. Os funcionários são maioritariamente do sexo masculino (70%), 50% dos funcionários têm idade entre 31 e 35 anos, (30%) entre 26 e 30 anos e (20%) mais de 50 anos. Em termos de habilitação académica, a maioria possui licenciatura (70%) e 30% detém grau de mestre. O agregado familiar dos funcionários é constituído por duas pessoas no máximo (42,9%).

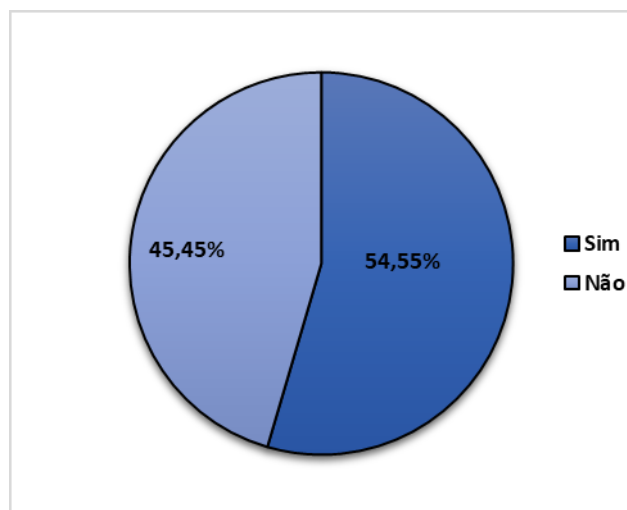


Figura 6: Reside no distrito de Água Grande?
Fonte: Elaboração própria.

A Figura 6 evidencia que a percentagem dos funcionários que residem no distrito de Água Grande é superior (54,55%) e os que residem fora do distrito são de (45,45%).

3.3.2.1 Caracterização dos Gastos dos funcionários não docentes

Na Tabela 11 é apresentado o resumo dos gastos médios mensais das nove categorias dos funcionários não docentes que foram inquiridos na universidade. As categorias presentes na tabela são respetivamente: alimentação, alojamento, educação, transportes, vestuários e calçados, telecomunicações, despesas correntes, saúde e outras despesas. Essas categorias presentes permitem realizar uma melhor avaliação sobre os gastos médios mensais realizados pelos funcionários não docentes da USTP.

Tabela 11: Resumo dos gastos médios mensais dos funcionários não docentes inquiridos, em dobras

	Alimenta ção	Aloja mento	Educa ção	Trans portes	Vestuário Calçado	Teleco municações	Despesas Correntes	Saúde	Outras Despesas
n	8	4	27	7	7	8	8	7	4
Média	1.406,3	1.375,0	1.777,8	1.000,0	1.250,0	1.343,8	1.1187,5	1.285,7	812,5
Mediana	1.000	1.250	2.000	750	750	875	750	750	750
Desvio padrão	507,8	500,0	520,4	285,7	571,4	679,7	546,9	612,2	93,8

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 11 referente aos gastos médios mensais por categoria, indica-nos que a categoria educação é aquela com mais impacto, com uma média de 1. 777,8 dobras (STN), valor esse correspondente a 72,6€ e o gasto com menor impacto é a categoria outras despesas, em que a média são de 812,5 dobras (STN), convertido em euros, equivale a 33,2€. O valor do gasto da categoria educação permite concluir que, em média os funcionários não docentes da USTP gastam mensalmente 72,6€.

Em seguida, foi criada uma variável “total gasto” na Tabela 12, cujo valor apresentado foi calculado através da soma dos valores apresentados nas nove categorias já referenciadas. Foram considerados 11 funcionários não docentes, e eliminado um dos formulários visto que não apresentava valor algum.

Tabela 12: Resumo dos gastos totais médios mensais dos funcionários não docentes inquiridos

	Total dos gastos STN	Total dos gastos EUR
n	11	11
Média	7.045,5	287,6
Mediana	8.000,0	326,5
Desvio padrão	4.086,8	166,8

Nota: Valores convertidos com base nas taxas de referências diárias publicadas pelo Banco de Portugal 1STN=0,0482EUR consultado no dia 25/10/2020
Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 12 dos gastos totais médios mensais, apresenta-nos que em média os funcionários não docentes da USTP gastam mensalmente 7.045,5 dobras (STN), valor correspondente a 287,6€ e uma mediana de 326,5€.

Funcionários não docentes que mudaram de residência para trabalhar na universidade (n=0)

Verifica-se que, os funcionários não docentes que mudaram de residência se mudaram maioritariamente por motivos pessoais e nenhum para trabalhar na USTP. Desta forma, não se consideraram quaisquer valores associados a este elemento.

Funcionários não docentes que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande

É apresentada a Tabela 13 sobre o resumo dos gastos médios mensais dos funcionários não docentes, que foram inquiridos na universidade. As categorias presentes na tabela, permitem realizar uma melhor análise sobre os gastos médios mensais realizados pelos funcionários não docentes da instituição que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande.

Tabela 13: Resumo dos gastos médios mensais dos funcionários não docentes, que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande, em dobras

	Alimenta ção	Aloja mento	Educa ção	Trans portes	Vestuário Calçado	Teleco municações	Despesas Correntes	Saúde	Outras Despesas
n	2	1	2	1	2	3	3	2	---
Média	1.625,0	2.250,0	2.125,0	1.000,0	1.875,0	1.833,3	1.500,0	1.875,0	Não se aplica
Mediana	1.625	2.250	2.125,0	1.000	1.875	2.250	1.500	1.875	Não se aplica
Desvio padrão	625,0	0,0	125,0	0,0	375,0	555,6	500,0	375,0	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 13 onde estão presentes os gastos das diversas categorias referentes aos gastos médios mensais dos funcionários não docentes, que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande. Podemos analisar que a categoria do gasto com maior impacto é no alojamento com um valor médio de 2.250,0 dobras (STN), valor esse de 91,8€ e a de menor impacto é a categoria dos gastos nos transportes de 1.000 dobras (STN) equivalente a 40,8€. O gasto na categoria alojamento permite-nos concluir que, em média, os funcionários não docentes da USTP gastam mensalmente 91,8€. É de salientar que, os inquiridos consideravam que em várias variáveis a realidade inerente a mudança de residência, não se aplicava.

Em seguida, foi criada uma variável “total gasto” descrita na Tabela 14, cujo valor apresentado foi calculado através da soma dos valores apresentados nas nove categorias já enunciadas e foram considerados cinco funcionários não docentes nesta situação, que responderam quando inquiridos.

Tabela 14: Resumo dos gastos totais médios mensais dos funcionários não docentes que não mudaram de distrito, mas não residem em Água Grande

	Total dos gastos STN	Total dos gastos EUR
n	5	5
Média	5.650,0	230,6
Mediana	2.250	91,8
Desvio padrão	5.180,0	211,4

Nota: Valores convertidos com base nas taxas de referências diárias publicadas pelo Banco de Portugal
1STN= 0,04082EUR

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 14 dos gastos totais médios mensais, evidencia-nos que, em média, os funcionários não docentes da universidade que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande,

gastam mensalmente 5.650,0 dobras (STN), valor correspondente a 230,6€ e uma mediana de 91,8€.

3.3.3 Caracterização da amostra dos alunos

A população dos alunos no ano letivo 2019/2020 atingia os 2.028 indivíduos. Relativamente aos questionários sobre os alunos, responderam ao todo 113 alunos, sendo 63 do sexo feminino (55,8%), 49 do sexo masculino (43,4%) e 8 preferiram não dizer (7,1%). Quanto à faixa etária 51 alunos encontram-se na faixa etária entre 21 e 25 anos (45,1%), 37 alunos na faixa etária de até 20 anos (32,7%) e, por fim, 12 alunos na faixa entre 26 e 30 anos (10,6%).

A grande maioria dos alunos são solteiros (92,6%) e 7,4% são casados ou em união de facto. Dos alunos indagados 99,1% são de nacionalidade santomense e 0,9% de nacionalidade guineense.

Relativamente à naturalidade, 93 alunos são naturais do distrito de Água Grande e 20 alunos são de fora do distrito, sendo que mudaram de residência por motivos escolares, cinco por motivos familiares e dois por motivos profissionais.

Os alunos distribuem-se entre ordinários (62,3%) e trabalhadores-estudantes (37,7%). Cerca de 50,4% frequentam o 1.º ano de licenciatura, 28,5% o segundo ano e 17,1% o 3.º ano. Química e Agronomia são as áreas mais frequentadas pelos alunos, representando respetivamente 24,3% e 11,3%.

Em relação ao local de residência, a Figura 7 descreve as situações encontradas.

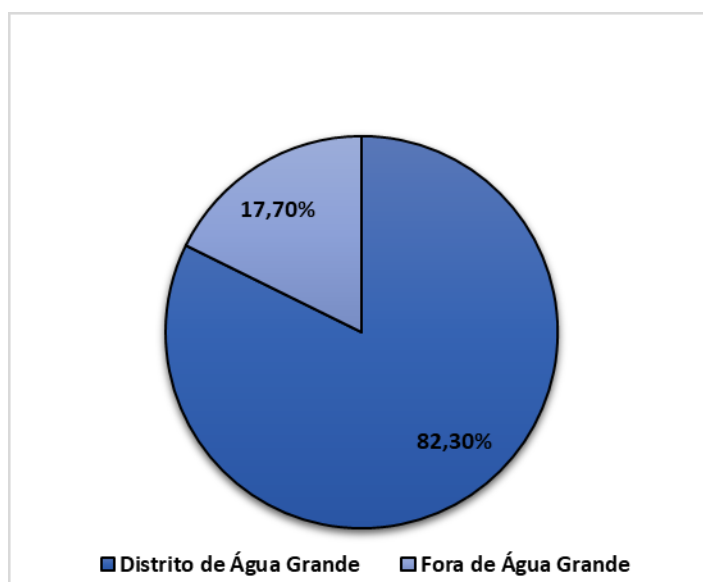


Figura 7: Onde reside durante o período escolar?
Fonte: Elaboração própria.

Na análise a Figura 7 constata-se que a maioria dos alunos (82,3%) residem no distrito de Água Grande durante o período escolar, no distrito onde se encontra a IES e os que residem fora do distrito representam (17,7%).

3.3.3.1 Caracterização dos Gastos dos alunos

Para o tratamento e análise dos dados, foi necessário recorrer ao Excel, a fim de obter valores para poder realizar uma devida análise do impacto dos alunos no desenvolvimento económico da USTP. Na Tabela 15 descrevem-se os valores que foram calculados. Foram eliminados os inquiridos que, nas diferentes opções, não indicavam valores nos gastos para serem considerados, visto que estes valores têm influência nos resultados finais. Os inquiridos eliminados representam cerca de 3%.

Tabela 15: Resumo dos gastos médios mensais por categorias aos alunos inquiridos, em dobras

	Alimenta ção	Aloja mento	Educa ção	Trans portes	Vestuário Calçado	Teleco municações	Despesas Correntes	Saúde	Outras Despesas
n	84	17	40	81	87	59	56	73	49
Média	1.077,4	1.205,9	1.350,0	966,0	966,3	885,6	977,7	928,1	1.081,6
Mediana	1.000	1.000	750	750	750	750	750	750	750
Desvio padrão	348,2	389,3	527,5	272,1	218,7	206,8	252,1	243,9	388,6

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 15 dos gastos médios mensais por categoria, indica-nos que a categoria educação, é aquela com maior impacto, com uma média de 1.350,0 dobras (STN) correspondente a 55,1€ e a com menor impacto é a categoria saúde com 928,1 dobras (STN), equivalente a 37,9€. Este valor permite concluir que, em média os alunos da USTP gastam mensalmente 55,1€, por mês na categoria educação. De seguida, foi criada uma variável “total gasto” na Tabela 16, cujo valor apresentado foi criado através da soma dos valores apresentados nas categorias acima mencionadas. Considerando o número total dos alunos inquiridos, pode-se obter a tabela seguinte.

Tabela 16: Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos

	Total dos gastos STN	Total dos gastos EUR
n	113	113
Média	4.929,2	201,2
Mediana	4.750,0	193,9
Desvio padrão	2.149,2	87,7

Nota: Valores convertidos com base nas taxas de referências diárias publicadas pelo Banco de Portugal 1STN=0,04082EUR consultado no dia 22/10/2020

Fonte: Elaboração própria.

Foram estes os valores totais dos alunos considerados nas diferentes categorias, para o modelo de Fernandes (2009). Os gastos totais mensais atingem o valor médio de 4.929,2 dobras (STN) correspondente a 201,2€. Este valor calculado evidencia que em média os 113 alunos da USTP inquiridos realizam um gasto de 201,2€ mensalmente e a mediana respetivamente de 193,8€.

Estudantes que mudaram de região para estudar na universidade

Quanto aos estudantes que mudaram de região para estudar na universidade, foram 20 alunos inquiridos que respondem afirmativamente a esta questão, ou seja, os resultados representam os gastos destes 20 alunos.

Na Tabela 17 podemos verificar o resumo dos gastos médios mensais por categorias dos alunos inquiridos que tiveram de mudar de distrito.

Tabela 17: Resumo dos gastos médios mensais por categorias aos alunos inquiridos que mudaram de distrito, em dobras

	Alimenta ção	*Aloja mento	Educa ção	Trans portes	Vestuário Calçado	Teleco municações	Despesas Correntes	Saúde	Outras Despesas
n	16	6	8	12	18	9	11	14	10
Média	1.187,5	1.250,0	1.562,5	1.166,7	986,1	805,6	909,1	1.000	1.150
Mediana	1.000	1.250	1.750	1.000	875	750	750	750	750
Desvio padrão	328,1	250,0	562,5	430,6	236,1	86,4	231,4	321,4	510,0

Nota: (*) Os restantes alunos inquiridos indicam que ficam em casa de familiares.

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, conseguimos obter os valores das médias correspondentes às nove categorias em causa. Verifica-se também que, a grande maioria dos estudantes são da região pelo baixo número na categoria dos gastos em alojamento. De referir que muitos residem em casa dos familiares durante o ano letivo.

A categoria com maior peso nos gastos é a da educação, que evidencia uma média de 1.562,5 dobras (STN), valor esse de 63,8€. Podemos salientar, que a média mensal gasta pelos alunos inquiridos da USTP em educação, que não vivem na região são de 63,8€.

Na Tabela 18, podemos verificar os valores dos gastos totais médios mensais dos alunos da USTP, que mudaram de região para estudarem na universidade.

Tabela 18: Resumo total dos gastos médios mensais dos alunos inquiridos que mudaram de distrito

	Total dos gastos STN	Total dos gastos EUR
n	20	20
Média	5.675,0	231,6
Mediana	5.500	224,5
Desvio padrão	2.750,0	112,2

Nota: Valores convertidos com base nas taxas de referências diárias publicadas pelo Banco de Portugal
1STN=0,04082EUR consultado no dia 22/10/2020

Fonte: Elaboração própria.

Podem-se aceitar os valores totais dos alunos nas diferentes categorias para o modelo Fernandes (2009). Esse atinge o valor médio de 5.675,0 dobras (STN) valor esse convertido que equivale a 231,6€. Este valor calculado evidencia que em média os 20 alunos da USTP inquiridos que mudaram de distrito realizam um gasto de 231,6€ mensalmente e a mediana respetivamente de 224,4€.

Estudantes que não mudaram de residência, mas não residem no Distrito de Água Grande

O modelo original de Fernandes (2009) apenas considera como impacto direto da IES os gastos realizados por alunos oriundos de fora da região e dos alunos que sendo da região iriam estudar para fora, caso a IES em causa não existisse. No entanto, esta última parcela do impacto dos alunos de que não existem outras IES públicas na ilha que pudessem ser consideradas como opção à USTP. Assim, conforme se estimou para os funcionários docentes e não docentes, decidiu-se determinar o gasto dos alunos que não mudaram de residência para estudar na USTP, mas também não residem em Água Grande. Podemos, através da Tabela 19, analisar os gastos médios mensais por categorias dos alunos inquiridos da universidade que não mudaram de região, mas não residem no distrito.

Tabela 19: Resumo dos gastos médios mensais por categorias aos alunos inquiridos que não mudaram de região, mas não residem no distrito de Água Grande, em dobras

	Alimenta ção	Aloja mento	Educa ção	Trans portes	Vestuários Calçado	Teleco municações	Despesas Correntes	Saúde	Outras Despesas
n	35	5	15	42	34	26	22	34	17
Média	1.007,1	1.100,0	1.250,0	916,7	904,4	894,2	909,1	835,0	1.000,0
Mediana	1.000	750	1.000	750	750	750	750	750	1.000
Desvio padrão	340,0	460,0	466,7	222,2	190,7	210,8	173,6	176,5	323,5

Fonte: Elaboração própria.

Na Tabela 19, conseguimos obter os valores das médias e medianas correspondentes às nove categorias em estudo. Esses valores são dos estudantes inquiridos que não mudaram de residência, mas não residem no distrito de Água Grande. É de referir que os valores apresentados se encontram na moeda nacional de São Tomé e Príncipe dobras (STN). A categoria com mais impacto é a dos gastos na educação com o valor de 1250 dobras (STN), valor esse correspondente a 51,02€. Podemos então assumir que, em média os alunos inquiridos da universidade que não mudaram de região, mas não residem no distrito gastam em média mensalmente 51,02€ na educação.

Podemos, através da Tabela 20, analisar os gastos médios mensais totais dos alunos inquiridos da universidade que não mudaram de região, mas não residem no distrito.

Tabela 20: Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos, que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande

	Total dos gastos STN	Total dos gastos EUR
n	49	49
Média	4.464,3	182,2
Mediana	4.500	183,7
Desvio padrão	1.723,0	70,3

Nota: Valores convertidos com base nas taxas de referências diárias publicadas pelo Banco de Portugal
1STN=0,04082EUR consultado no dia 22/10/2020

Fonte: Elaboração própria.

Os gastos totais médios mensais dos alunos nas diferentes categorias, atingem o valor de 4.464,3 dobras (STN) valor esse convertido e que equivale a 182,2€. Este valor calculado evidencia que em média os 49 alunos da USTP inquiridos que não mudaram de distrito realizam um gasto de 182,2€ mensalmente e a mediana respetivamente de 183,6€.

3.3.4 Cálculo do impacto direto

Nesta secção, considerando os valores calculados nas anteriores secções, pretende-se aplicar o modelo simplificado e estimar o impacto direto da USTP. Apresenta-se o cálculo dividido nas três fontes anteriormente analisadas: funcionários docentes, funcionários não docentes e alunos. Considerou-se que as proporções verificadas nas amostras seriam as verificadas na população de forma a ser possível estimar o valor do impacto direto.

3.3.4.1 Gasto anual direto dos funcionários docentes

Assim, considerou-se que na população de funcionários docentes haveria 13% (correspondendo a 31 indivíduos) a mudar de região para trabalhar na USTP e 20% (correspondendo a 48 indivíduos) a não mudar de residência, mas a não residir em Água Grande.

Tabela 21: Gasto anual dos docentes da USTP em Água Grande, em euros

Gasto anual direto dos docentes da USTP em Água Grande		261.395,76€
$GADoc_{USTP} = GDoc_{mudaram} + GDoc_{Nmudaram}$		
$GDoc_{mudaram} = G(mensal)Doc_{mudaram} \times NDoc_{mudaram} \times 12$		203.461,68€.
Gastos dos docentes que mudaram de região	$G(mensal)Doc_{mudaram}$	546,94€
	$NDoc_{mudaram}$	31
	$GDoc_{Nmudaram} = (G(mensal_A)Doc_{Nmudaram} + G(mensal_T)Doc_{Nmudaram}) \times NDoc_{Nmudaram} \times 12$	
Gastos dos docentes que não mudaram de região, mas não residem em Água Grande	$G(mensal_A)Doc_{Nmudaram}$	61,22€
	$G(mensal_T)Doc_{Nmudaram}$	39,36€
	$NDoc_{Nmudaram}$	48

Fonte: Elaboração própria.

O gasto direto dos docentes que trabalham na USTP, descrito na Tabela 21, foi obtido através da seguinte expressão:

$$GADoc_{USTP} = GDoc_{mudaram} + GDoc_{Nmudaram}; (1)$$

$$(1) = (1.1)+(1.2)$$

onde:

$GDoc_{mudaram}$: Gasto anual dos docentes que mudaram de região; (1.1)

$$GDoc_{mudaram} = G(mensal)Doc_{mudaram} \times NDoc_{mudaram} \times 12$$

$G(mensal)Doc_{mudaram}$: Gasto mensal dos docentes que mudaram a residência para distrito de Água Grande;

$NDoc_{mudaram}$: Número de docentes que mudaram a residência para distrito de Água Grande.

$GDoc_{Nmudaram}$: Gasto anual dos docentes que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande: (1.2)

$$GDoc_{Nmudaram} = (G(mensal_A)Doc_{Nmudaram} + G(mensal_T)Doc_{Nmudaram}) \times NDoc_{Nmudaram} \times 12$$

$G(mensal_A)Doc_{Nmudaram}$: Gasto mensal em alimentação dos docentes que não mudaram de residência, mas não residem em distrito de Água Grande;

$G(mensal_T)Doc_{Nmudaram}$: Gasto mensal em transportes dos docentes que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande (assumiu-se a estimativa conservadora de que só 50% ocorreu em Água Grande);

$NDoc_{Nmudaram}$: Número de docentes que não mudou de residência para Água Grande, mas não reside em Água Grande.

3.3.4.2 Gasto anual direto dos funcionários não docentes

No cálculo do gasto anual dos funcionários não docentes, seguindo a mesma lógica do caso anterior, considerou-se que na população de funcionários não docentes seriam 50% (correspondendo a 34 indivíduos) aqueles que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande. Na amostra não se registou nenhum caso de funcionário não docente a mudar de residência para trabalhar na USTP.

Tabela 22: Gasto anual direto dos funcionários não docentes da USTP em Água Grande, em euros

Gasto anual direto dos funcionários da USTP em Água Grande		35.389,92€
$GFunc_{USTP} = GFunc_{mudaram} + GFunc_{Nmudaram}$		
	$GFunc_{mudaram} = G(mensal)Func_{mudaram} \times NFunc_{mudaram} \times 12$	0
Gastos dos funcionários que mudaram de região	$G(mensal)Func_{mudaram}$	0
	$NFunc_{mudaram}$	0
	$GFunc_{Nmudaram} = (G(mensal_A)Func_{Nmudaram} + G(mensal_T)Func_{Nmudaram}) \times NFunc_{Nmudaram} \times 12$	35.389,92€
Gastos dos funcionários que não mudaram de região, mas não residem em Água Grande	$G(mensal_A)Func_{Nmudaram}$	66,33€
	$G(mensal_T)Func_{Nmudaram}$	20,41€
	$NFunc_{Nmudaram}$	34

Fonte: Elaboração própria.

O gasto total anual dos funcionários que trabalham na USTP, descrito na Tabela 22, foi obtido através da seguinte expressão:

$$GFunc_{USTP} = GFunc_{mudaram} + GFunc_{Nmudaram}; (2)$$

$$(2) = (2.1) + (2.2)$$

onde:

$GFunc_{mudaram}$: Gasto anual dos funcionários que mudaram de região; (2.1)

$$GFunc_{mudaram} = G(mensal)Func_{mudaram} \times NFunc_{mudaram} \times 12$$

$G(mensal)Func_{mudaram}$: Gasto mensal dos funcionários que mudaram a residência para distrito de Água Grande;

$NFunc_{mudaram}$: Número de funcionários que mudou a residência para distrito de Água Grande.

$GFunc_{Nmudaram}$: Gasto anual dos funcionários que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande: (2.2)

$$GFunc_{Nmudaram} = (G(mensal_A)Func_{Nmudaram} + G(mensal_T)Func_{Nmudaram}) \times NFunc_{Nmudaram} \times 12$$

$G(mensal_A)Func_{Nmudaram}$: Gasto mensal em alimentação dos funcionários que não mudaram de residência, mas não residem em distrito de Água Grande;

$G(mensal_T)Func_{Nmudaram}$: Gasto mensal em transportes dos funcionários que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande (assumiu-se a estimativa conservadora de que só 50% ocorreu em Água Grande);

$NFunc_{Nmudaram}$: Número de funcionários que não reside em distrito Água Grande.

3.3.4.3 Gasto anual direto dos alunos

A proporção de alunos na população que mudou de residência para estudar na USTP foi estimada em 16% (correspondendo a 324 indivíduos) e os que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande são 45% (correspondendo a 912 indivíduos).

Tabela 23: Gasto anual direto dos alunos da USTP em Água Grande, em euros

Gasto anual direto dos alunos da USTP em Água Grande		1.555.247,52€
$GAlunos_{USTP} = GAlunos_{mudaram} + GAlunos_{Nmudaram}$		
	$GAlunos_{mudaram} = G(mensal)Alunos_{mudaram} \times NAlunos_{mudaram} \times 12$	900.577,44€
Gastos alunos que mudaram de região	$G(mensal)Alunos_{mudaram}$	231,63€
	$NAlunos_{mudaram}$	324
	$GAlunos_{Nmudaram} = (G(mensal_A)Alunos_{Nmudaram} + G(mensal_T)Alunos_{Nmudaram}) \times NAlunos_{Nmudaram} \times 12$	654.670,08€
Gastos dos alunos que não mudaram de região, mas não residem em Água Grande	$G(mensal_A)Alunos_{Nmudaram}$	41,11
	$G(mensal_T)Alunos_{Nmudaram}$	18,71€
	$NAlunos_{Nmudaram}$	912

Fonte: Elaboração própria.

O gasto total anual dos alunos da USTP, descrito na Tabela 23, foi obtido através da seguinte expressão:

$$GA_{\text{Alunos_USTP}} = G_{\text{Alunos_mudaram}} + G_{\text{Alunos_Nmudaram}}; (3)$$

$$(3) = (3.1) + (3.2)$$

onde:

$G_{\text{Alunos_mudaram}}$: Gasto anual dos alunos que mudaram de região; (3.1)

$$G_{\text{Alunos_mudaram}} = G(\text{mensal})_{\text{Alunos_mudaram}} \times N_{\text{Alunos_mudaram}} \times 12$$

$G(\text{mensal})_{\text{Alunos_mudaram}}$: Gasto mensal dos alunos que mudaram de residência para distrito de Água Grande;

$N_{\text{Alunos_mudaram}}$: Número de alunos que mudaram a residência para distrito de Água Grande.

$G_{\text{Alunos_Nmudaram}}$: Gasto anual dos alunos que não mudaram de região, mas não residem em Água Grande; (3.2)

$$G_{\text{Alunos_Nmudaram}} = (G(\text{mensal}_A)_{\text{Alunos_Nmudaram}} + G(\text{mensal}_T)_{\text{Alunos_Nmudaram}}) \times N_{\text{Alunos_Nmudaram}} \times 12$$

$G(\text{mensal}_A)_{\text{Alunos_Nmudaram}}$: Gasto mensal em alimentação dos alunos que não mudaram de residência, mas não residem em distrito de Água Grande;

$G(\text{mensal}_T)_{\text{Alunos_Nmudaram}}$: Gasto mensal em transportes dos alunos que não mudaram de residência, mas não residem em Água Grande (assumiu-se a estimativa conservadora de que só 50% ocorreu em Água Grande);

$N_{\text{Alunos_Nmudaram}}$: Número de alunos que não mudaram a residência para distrito de Água Grande.

3.3.4.4 Impacto anual direto da USTP

O impacto anual direto da USTP na região onde se encontra a universidade, sob forma de gastos diretos ascende a 1.852.033,20€, como se pode verificar através da Tabela 24.

Tabela 24: Gasto anual direto dos docentes, funcionários e alunos da USTP no distrito de Água Grande, em euros

Impacto direto total da USTP no distrito de Água Grande (1+2+3+4)	1.852.033,20€
(1) Gasto anual dos docentes	261.395,76€
(2) Gasto anual dos funcionários	35.389,92€
(3) Gasto anual dos alunos	1.555.247,52€
(4) Gasto anual das visitas	n.d.
(5) Gasto da instituição	n.d.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se observa na Tabela 24 o impacto direto da USTP na região, determinado com base nos gastos dos indivíduos diretamente relacionados com a mesma atinge 1,85 milhões de euros.

É de realçar que não foi possível obter os gastos operacionais da USTP na região e, por isso, não foi considerado no cálculo.

Aos valores apresentados na tabela 24 poderia aplicar-se um multiplicador de gastos para determinar o impacto total, dado que os gastos indiretos e induzidos não se conseguem determinar desta forma, são estimados através do uso de um multiplicador. No entanto, dada a não existência de um multiplicador regional, optou-se por apresentar possíveis estimativas para diferentes multiplicadores até ao valor de 1,7 utilizado nos vários estudos consultados (e.g., Blume, Brenner & Buenstorf, 2017; Ferreira, 2019; Oliveira et al., 2019).

Tabela 25: Estimativa do impacto total da USTP no distrito de Água Grande

	Em Euros	Em Dobras
Impacto direto total da USTP no distrito de Água Grande	1.852.033,20€	45.374.813,40dbs
Estimativa do impacto total multiplicador 1,2	2.222.439,8€	54.449.776,1dbs
Estimativa do impacto total multiplicador 1,4	2.592.846,5€	63.524.738,8dbs
Estimativa do impacto total multiplicador 1,6	2.963.253,1€	72.599.701,4dbs
Estimativa do impacto total multiplicador 1,7	3.148.456,4€	77.137.182,8dbs

Fonte: Elaboração própria.

Da tabela 25 pode-se, para fins de exercício apenas, verificar a aproximação ao valor total do impacto que a USTP poderá ter na região. Realça-se que a estimativa do impacto direto, devido às várias condicionantes de acesso a informação necessária está subestimado.

3.3.5 Síntese do impacto económico

Segundo o modelo aplicado, os dados relativos aos gastos totais da USTP, dos seus funcionários docentes, dos seus funcionários não docentes e alunos, obteve-se um valor do impacto direto da USTP, em gastos diretos no distrito de 1.852.033,2 euros (estimativa conservadora). No final com aplicação do multiplicador 1,7, como descreve em Fernandes (2009), os valores do impacto económico total no distrito de Água Grande são de 3.148.456,4 euros. O impacto direto dos estudantes na USTP está presente na tabela 24 e ascende a 1.852.033,2 euros. Para o valor presente, contribuí de maneira significativa o montante que resulta dos gastos dos alunos que mudaram de região. No caso da quantificação do impacto dos docentes e dos funcionários, também esses valores foram obtidos através da aplicação das proporções obtidas nos inquéritos realizados à amostra em estudo. Como já foi referido anteriormente, a intenção não é avaliar a exatidão do valor, mas sim a sua grandeza. Esses valores representam para a região e para o distrito em causa uma alavanca económica bastante considerável.

Moura (2014, p.35) defende que, a aplicação dos multiplicadores define a perspetiva a adotar face à realidade. O autor afirma desta forma que no estudo poder-se-ia adotar uma perspetiva mais pessimista aplicando o multiplicador 1,2, onde o impacto da USTP se traduz no valor de 2.222.439,8 euros reduzindo somente aos montantes gastos pela universidade e pela comunidade, que graças à mesma, reside no distrito de Água Grande.

Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

Neste trabalho procurou-se estimar quanto é que o distrito de Água Grande beneficia, economicamente, no ano letivo 2019/2020, por a Universidade de São Tomé e Príncipe estar localizada nessa região.

Relativamente aos docentes, verificou-se que apenas 13% dos docentes da amostra mudaram de região no ano letivo 2019/2020, sendo que a grande maioria reside no distrito de Água Grande, são maioritariamente do sexo masculino (54,8%), na faixa etária entre 36 e 40 anos (33,3%). Quanto aos funcionários são grande parte do sexo masculino, estão na faixa etária entre 31 e 35 anos. A Universidade de São Tomé e Príncipe, situa-se no distrito de Água Grande e como tal, poderá e terá influência na captação de alunos de outros distritos. Na análise realizada aos valores da amostra verificamos que há um baixo número de alunos que mudaram de residência para estudar na USTP (16%) é um indicador dessa realidade, o mesmo acontece com os docentes (13%) e funcionários em que não houve valor algum.

O modelo utilizado, permite-nos aferir que a USTP, exerce um impacto económico direto no distrito de Água Grande, no valor de 1.852.033,20 euros.

Para Moura (2014), as IES não são apenas fonte de conhecimentos, desempenham também a função de investigação e inovação, com um papel cada vez mais importante no desenvolvimento e crescimento económico regional, tornando-se críticas para o seu sucesso futuro.

A existência dessas instituições, resulta também em inúmeros benefícios monetários para a economia onde se inserem, “*além disso, geram um número significativo de empregos, de gastos adicionais, um aumento do retorno dos impostos para a economia local e regional e são força poderosa na estabilidade económica e no crescimento*” (Ihara & Evans, 2004, p. 2). Este mesmo autor declara que, os gastos que as instituições realizam em bens e serviços, numa primeira fase, além dos salários que pagam aos funcionários, fazem com que a procura aumente e dinamize a economia. Por último, temos os eventos culturais que promovem uma melhoria do ambiente sociocultural e da própria reputação das IES. Porém, o impacto das IES não se resume apenas aos efeitos que advêm da procura, existindo também impacto do lado da oferta, resultante da formação dos estudantes e da produção de conhecimento das atividades docentes e de investigação. A produção de conhecimento possibilita a capacidade de empreender dos formandos, fomenta a inovação que pode ser utilizada no sistema produtivo, que aumenta por sua vez a produtividade (Moura, 2014, p. 92). São importantes na promoção da criação de novos negócios e empresas, através de incubadoras.

A determinação do impacto económico das IES pode ser determinada em função de duas perspetivas, ou seja, podemos determinar o impacto pelo lado da procura ou pelo lado da oferta. A literatura evidencia dois modelos mais utilizados neste processo: pelo lado da procura, o modelo ACE, projetado por Caffrey e Isaacs (1971) para o *American Council on Education* e pelo lado da oferta o modelo de Bluestone (1992) para a Universidade de Massachussets.

A abordagem definida para este estudo baseou-se na determinação do impacto pelo lado da procura, na aplicação do modelo de Fernandes (2009). O Produto Interno Bruto - PIB em São Tomé e Príncipe em 2018 foi de aproximadamente 358 milhões de euros. Se tivermos em conta este valor, verificamos que o impacto direto dos gastos da USTP no PIB do país representa 0,87%.

Sendo superior o valor do impacto total direto da USTP em 1.852.033,20 euros, ao valor do investimento do Estado na IES através do Orçamento de Estado de 2019 em 658.611,88 euros (16.135.991, 14 dobras), podemos estimar que por cada euro gasto que o Estado financia à USTP esta gera um acréscimo de 2,81 euros de atividade económica em Água Grande.

As principais limitações do estudo centram-se ao nível das respostas, verificando-se uma baixa taxa de resposta, e no acesso a informações necessárias, justificadas provavelmente pelo atual contexto de pandemia.

É de realçar ainda que se pretendia determinar os custos e benefícios para as entidades públicas regionais, na forma de impostos recebidos devido aos gastos dos indivíduos e na forma de encargos assegurados por estas entidades, como iluminação das ruas da USTP, pavimentação e manutenção

das estradas que ligam à USTP, acréscimo de policiamento e acréscimo de procura dos serviços públicos, por exemplo. No entanto, devido à impossibilidade de obter informação das entidades públicas, não foi possível estimar esta vertente. Considera-se que seria interessante num estudo futuro, num contexto socialmente mais estável, obter essas informações e completar a estimativa.

Referências Bibliográficas

- Fernandes, J., Cunha, J. Oliveira, P. (2014). *O impacto económico do Instituto Politécnico de Bragança no desenvolvimento regional*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança
- Alves, J. et al. (2017). Uma Abordagem ao Impacto dos Institutos Politécnicos em Portugal. 1-29.
- Arik, M. & Nsiah, C. (2004). Measuring the Economic Impact of Middle Tennessee State University. *Business and Economic Research Center Jennings A.Jones College of Business*, 1-25.
- Blackwell, M., Cobb, S & Weinberg, D. (2002). The Economic Impact of Educational: Issues and Methodology. *Economic Development Quartely* , 16(1), 88-95.
- Blume, L., Brenner, T. & Buenstorf, G. (2017). Universities and Sustainable Regional Development. *Review of Regional Research*, 37, 103-109.
- Brown, K. & Heaney, M. (1997). A Note on measuring the Economic Impact of Institutions of Higher Education. *Research in Higher Education*, 38(2), 229-241.
- Caldarelli, C., Camara, M. & Perdigão, C. (2015). Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Económico: O caso das Universidades Estaduais Paranaenses. *Planeamento e Políticas Públicas*, 44, 85-112.
- Cortes, A. (2004). Estimating the impacts of urban universities on neighborhood housing markets - an empirical analysis. *Urban Affairs Review*, 39(3), 342-375.
- Cox, S. & Taylor, J. (2006). The Impact of a Business School on Regional Economic Development : a Case Study. *Local Economy*, 117-135.
- Lopes, S., Saúde, S., Borralho, C. & Féria, I. (2014). The Impact of Higher Education Institution on Socioeconomic Development - The Study Case of the Polytechnic Institute of Beja. *Copernican Journal of Finance & Accounting*, 3(2), 151-166.
- Lynch, T. (2000). Analyzing the Economic Impact of Transportation Projects Using RIMS II, Implan and REMI. *Office of Research and Special Programs U.S Department of Transportation*, 1-32.
- Mourato, J., Pereira, C. & Alves, J. (2012). A contribuição das instituições do ensino superior politécnico para o desenvolvimento regional: o caso do IPPortalegre. *II Seminário de I&DT*, 1-18.
- Niquito, T. Ribeiro, F. & Portugal, M. (2018). *Impacto da Ciração das Novas Universidades Federais sobre as Economias Locais*. 51, 367-394.
- Oliveira, P. et al. (2019). Polytechnic Institutes in Portugal: research on the impact of twelve institutes on the local economy. *EAIR 41st Annual Forum in Leiden, The Netherlands*, pp. 1-12.
- Oliveira, P. et al. (2017). *Uma abordagem ao Impacto dos Institutos Politécnicos em Portugal* . pp. 1-29.

- Siegfried, J., Sanderson, A. & McHenry, P. (2007). The Economic impact of Colleges and Universities. *Economic of Education Review*, 26(5), 546-558.
- Yserte, R. & Rivera, M. (2010). The impact of the university upon local economy: three methods to estimate demand-side effects. *The Annual of Regional Science*, 44(1), 39-67. doi:10.1007/s00168-008-0243-x
- ANEME. (2018). Estudo de Levantamento e Caracterização das Empresas Industriais de São Tomé e Príncipe. Lisboa: Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas, acedido em 9 de junho de 2020.
- Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. (2019). Orçamento Geral do Estado de São Tomé e Príncipe. São Tomé: Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, acedido em 10 de junho de 2020.
- Baum, S. & Ma, J. (2007). Education Pays: The Benefits of Higher Education for Individuals and Society. Washington DC: College Board, acedido em 5 de abril de 2020. Disponível em: <https://research.collegeboard.org/pdf/education-pays-2007-full-report.pdf>.
- Caffrey, J & Isaacs, H. (1971). Estimating the Impact of a College or University on the Local Economy (Vols. ISBN 0-8268-1278-3). Washington D.C.: American Council Education, acedido em 15 de julho de 2020.
- Caleiro, A. & Rego, M. (2003). O Impacte económico da Universidade de Évora na sua envolvente: análise estatísticas das Instituições de Ensino Superior no Território: Estudo do caso da Universidade de Évora. Vila Real: Universidade de Évora, acedido em 5 de abril de 2020.
- Carvalho, L. Nunes, S. & Pinto, S. (2013). Impacto Económico do Instituto Politécnico de Setúbal na Região. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal, acedido em 15 de junho de 2020.
- Decreto-Lei n.º 03. (2016). São Tomé: Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, acedido em 6 de julho de 2020.
- Diário da República n.º 31. (24 de março de 2017). São Tomé: Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, acedido em 6 de julho de 2020.
- Fernandes, J. (2009). O Impacto Económico das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional: O caso do Instituto Politécnico de Bragança. Braga: Universidade do Minho, acedido em 10 de março de 2020 .
- Ferreira, E. (2019). A Importância das Instituições de Ensino Superior no Desenvolvimento Regional em Portugal. Évora: Instituto de Investigação e Formação Avançada, acedido em 5 de maio de 2020.
- Griffiths, A. & Parsons, R. (2003). A microeconomic model to assess the economic impact of universities: A case example. Association for Institutional Research, 24, acedido em 10 de junho de 2020.
- <https://images.app.goo.gl/9mQVcNgai4jZxFAp7> (2020). Obtido de google mapas, acedido em 14 de junho de 2020.

- Ihara, D. & Evans, A. (2004). The impact of Humboldt State University on the economy of Humboldt County. (H. S. University, Ed.) pp. 1-3., acedido em 10 de agosto de 2020.
- INE. (2012). Recenseamento Geral da População e Habitação. Cidade de São Tomé: Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, acedido em 10 de agosto de 2020.
- INE. (2014). Características Económicas da População. Cidade de São Tomé: Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, acedido em 9 de junho de 2020.
- INE. (2014). Características Económicas da População, RGPH. São Tomé: Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, acedido em 10 de março de 2020.
- Moretti, E. (2005). Social Returns to Human Capital, NBER Reporter Spring. Washington DC: The National Bureau of Economic Research, acedido em 5 de abril de 2020.
- Moura, P. (2014). O Impacto Económico das Instituições de Ensino Superior: A UTAD. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, acedido em 15 de julho de 2020.
- Persson, H. & Regné, H. (2004). Universities in the regional economy. Evidence from Swedish employer - employee linked data. Swedish Institute for Social Research, 3- 4, acedido em 5 de abril de 2020.
- Plano Estratégico. (2017). Universidade de São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe: Universidade de São Tomé e Príncipe, acedido em 8 de julho de 2020.
- Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. (2014). Relatório Nacional da qualidade de liderança como factor inibidor da instabilidade política e promotor do desenvolvimento humano: o papel da Sociedade Civil e da Juventude. São Tomé: Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento em São Tomé e Príncipe, acedido em 10 de março de 2020.
- Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. (2014). Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano em São Tomé e Príncipe . Cidade de São Tomé : Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, acedido em 20 de março de 2020.
- Rolim, C. & Serra, M. (2010). Impacto da Formação e Cooperação ao Nível do Ensino Superior nas Dinâmicas Africanas Contemporâneas. Paraná, Paraná, Brasil: Congresso Ibérico de Estudos Africanos, acedido em 5 de abril de 2020.
- Smith, B. (2006). The Economic Impact of Higher Education on Houston: A case study of the University of Houston System. Houston: University of Houston's Insitute for Regional Forecasting, acedido em 12 de abril de 2020.
- Williams, A. & Swail, W. (2005). Is more better? The impact of postsecondary education on the economic and social well-being of American Society. Washington DC: Educational Policy Institute, Inc, acedido em 7 de abril de 2020.

Apêndices

Apêndice A - Carta ao Reitor da Universidade de São Tomé e Príncipe

Kátia F.P. dos Santos
Rua Professor Luís Gomes, N.º 236
2870-000 Setúbal

Exm.º Reitor da Universidade de São Tomé e Príncipe
Quinta de Santo António, Estrada Nacional N.º 2

Caro Senhor Reitor: Peregrino da Costa

Eu, Kátia F. P. dos Santos aluna do 2.º ano de mestrado em Gestão Pública, aluna do Instituto Politécnico de Bragança, venho por este meio pedir a autorização para a realização do inquérito a comunidade da Universidade de São Tomé e Príncipe, bem como a divulgação de dados referentes aos alunos, docentes e funcionários correspondente ao ano letivo 2019/2020.

Atualmente, estou a desenvolver a minha dissertação de mestrado sobre o tema “ **O Impacto Económico da Universidade de São Tomé e Príncipe no desenvolvimento do distrito de Água Grande**”. Neste âmbito, desenvolvi três inquéritos sobre os alunos, docentes e funcionários da Universidade de São Tomé e Príncipe, afim de obter os dados que me permitam chegar as conclusões sobre o estudo.

Como tal, preciso do vosso apoio na divulgação dos inquéritos, bem como o número total da comunidade da USTP, no ano letivo 2019/2020, afim de ter informações e efetuar comparações com o valor obtido ao longo do estudo.

Em suma, preciso dessas informações:

- Número total de alunos que frequentam o ano letivo 2019/2020
- Número total de docentes que lecionam no ano letivo 2019/2020
- Número total de funcionários que labutam no ano letivo 2019/2020.

Caso houver dúvidas, coloco-me a disposição de esclarecer no que puder, pelo meu email institucional: katia.fp.santos@alunos.ipb.pt ou ainda pelo meu facebook como o mesmo perfil.

Sem mais assunto, termino a desejar continuação uma boa semana labora.

Atenciosamente,

X

Kátia F.P. dos Santos

Apêndice B - Inquérito sobre os Alunos da Universidade de São Tomé e Príncipe

O Impacto Económico da Universidade de São Tomé e Príncipe no desenvolvimento do distrito de Água Grande - Alunos

Parte I: Indicadores relativos às condições económicas e sociais dos pais dos alunos da Universidade de São Tomé e Príncipe

Selecione as opções mais adequadas ou mais próximas da realidade.

1.1. Habilitação Académica

- Primária
- Secundária
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

1.2. Situação Profissional

	Mãe	Pai
Empregado/a		
Desempregado/a		
Reformado/a		

1.3. Rendimento médio mensal do agregado familiar

	Mãe	Pai
Até 17150 Dbs		
Entre 17151 e 19600 Dbs		
Entre 19601 e 22050 Dbs		
Entre 22051 e 24500 Dbs		
Mais de 24500 Dbs		
Não sabe/Não responde		

Parte II: Caraterização dos alunos matriculados na Universidade de São Tomé e Príncipe

Selecione as opções mais adequadas ou mais próximas da realidade.

2.1. Sexo

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

2.2. Idade

- Até 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Mais de 40 anos

2.3. Nacionalidade

A sua resposta

2.4. Estado Civil

- Solteiro/a
- Casado/a ou União de facto
- Divorciado/a ou Separado/a
- Viúvo/a

2.5. Curso que frequenta

A sua resposta

2.6. Ano de Escolaridade

- 1.º ano
- 2.º ano
- 3.º ano
- 4.º ano

2.7. Situação Profissional

- Estudante a tempo inteiro
- Trabalhador(a)-estudante
- Outra: _____

2.8. Em que unidade orgânica da Universidade de São Tomé e Príncipe estuda?

- Instituto Superior de Educação e Comunicação
- Instituto Superior de Ciências da Saúde
- Faculdade de Ciências e Tecnologias

2.9. Onde reside durante o período escolar?

- Distrito de Água Grande
- Fora do distrito de Água Grande

2.10. Porque motivo reside no distrito de Água Grande?

- É natural do distrito
- Porque veio estudar para a Universidade
- Porque a família veio morar para o distrito
- Por motivos profissionais
- Outra: _____

2.11. Onde reside durante o período escolar?

- Em casa de família
- Em casa/quarto arrendado
- Outra: _____

Caracterização dos gastos dos alunos durante o período lectivo

2.12. Indique quais os gastos médios mensais nas diferentes categorias:

*Indique apenas os gastos médios mensais como estudante e não do seu agregado familiar.

	Até 750Dbs	Entre 751 e 1250 Dbs	Entre 1251 e 1750 Dbs	Entre 1751 e 2250 Dbs	Mais de 2250 Dbs	Não se aplica
Alimentação						
Alojamento (p.ex.renda, empréstimo bancário, etc)						
Educação dos filhos						
Transportes (p.ex.combustível, bilhete transportes públicos, seguro, etc)						
Vestuários e calçados						
Telecomunicações (p.ex. internet, telemóvel, serviços TV, etc)						
Despesas correntes (eletricidade, água, gás)						
Saúde						
Outras despesas não incluídas nas categorias anteriores						

Apêndice C - Inquérito sobre os Docentes da Universidade de São Tomé e Príncipe

O Impacto Económico da Universidade de São Tomé e Príncipe no desenvolvimento do distrito de Água Grande - Docentes

Parte I: Indicadores relativos às condições sociais dos docentes da Universidade de São Tomé e Príncipe

Selecione as opções mais adequadas ou mais próximas da realidade.

1.1. Sexo

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

1.2. Idade

- Até 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 45 anos
- Entre 46 e 50 anos
- Mais de 50 anos

1.3. Estado Civil

- Solteiro/a
- Casado/a ou União de facto
- Divorciado/a ou Separado/a
- Viúvo/a

1.4. Contando consigo, quantas pessoas pertencem ao seu agregado familiar?

Indique o número total de pessoas que residem na mesma habitação.

A sua resposta

1.5. Habilitação Académica

- Primária
- Secundária
- Bacharelato
- Licenciatura

- Mestrado
- Doutoramento

1.6. Reside no distrito de Água Grande?

- Sim
- Não

1.7. Qual o principal motivo porque reside no distrito de Água Grande?

- É natural do distrito.
- Mudou-se para cá para trabalhar na Universidade.
- Mudou-se para cá por motivos familiares.
- Outra: _____

1.8. É docente em que unidade orgânica da Universidade de São Tomé e Príncipe?

- Instituto Superior de Educação e Comunicação
- Instituto Superior de Ciências da Saúde
- Faculdade de Ciências e Tecnologias

1.9. Qual a sua categoria profissional?

A sua resposta

Parte II: Indicadores relativos às condições económicas dos docentes da Universidade de São Tomé e Príncipe

2.1. Rendimentos mensais líquidos auferidos pelo agregado familiar:

- Até 17150 Dbs
- Entre 17151 e 19600 Dbs
- Entre 19601 e 22050 Dbs
- Entre 22051 e 24500 Dbs
- Mais de 24500 Dbs

2.2. Reside em habitação própria ou arrendada?

- Habitação própria
- Habitação arrendada
- Outra: _____

2.3. Indique os gastos médios mensais nas diferentes categorias:

	Até 750Dbs	Entre 751 e 1250 Dbs	Entre 1251 e 1750 Dbs	Entre 1751 e 2250 Dbs	Mais de 2250 Dbs	Não se aplica
Alimentação						
Alojamento (p.ex.renda, empréstimo bancário, etc)						
Educação dos filhos						
Transportes (p.ex.combustível, bilhete transportes públicos, seguro, etc)						
Vestuários e calçados						
Telecomunicações (p.ex. internet, telemóvel, serviços TV, etc)						
Despesas correntes (eletricidade, água, gás)						
Saúde						
Outras despesas não incluídas nas categorias anteriores						

Apêndice D - Inquérito sobre os Funcionários da Universidade de São Tomé e Príncipe

O Impacto Económico da Universidade de São Tomé e Príncipe no desenvolvimento do distrito de Água Grande - Funcionários

Parte I: Indicadores relativos às condições económicas e sociais dos funcionários da Universidade de São Tomé e Príncipe

Selecione as opções mais adequadas ou próximas da realidade.

1.1. Sexo

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

1.2. Idade

- Até 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 45 anos
- Entre 46 e 50 anos
- Mais de 50 anos

1.3. Estado Civil

- Solteiro/a
- Casado/a ou União de facto
- Divorciado/a ou Separado/a
- Viúvo/a

1.4. Contando consigo, quantas pessoas pertencem ao seu agregado familiar?

A sua resposta

1.5. Habilitação Académica

- Primária
- Secundária
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado

Doutoramento

1.6. Reside no distrito de Água Grande?

Sim

Não

1.7. Qual o principal motivo porque reside no distrito de Água Grande

É natural do distrito.

Mudou-se para cá para trabalhar na Universidade.

Mudou-se para cá por motivos pessoais.

Outra: _____

1.8. É funcionário/a em que unidade orgânica da Universidade de São Tomé e Príncipe

Instituto Superior de Educação e Comunicação

Instituto Superior de Ciências da Saúde

Faculdade de Ciências e Tecnologias

1.9. Qual a sua categoria profissional.

A sua resposta

Parte II: Indicadores relativos às condições económicas dos funcionários da Universidade de São Tomé e Príncipe

2.1. Rendimentos mensais líquidos auferidos pelo agregado familiar:

Até 17150 Dbs

Entre 17151 e 19600 Dbs

Entre 19601 e 22050 Dbs

Entre 22051 e 24500 Dbs

Mais de 24500 Dbs

2.2. Reside em habitação própria ou arrendada?

Habitação própria.

Habitação arrendada.

Outra: _____

2.3. Indique os gastos médios mensais nas diferentes categorias:

	Até 750Dbs	Entre 751 e 1250 Dbs	Entre 1251 e 1750 Dbs	Entre 1751 e 2250 Dbs	Mais de 2250 Dbs	Não se aplica
Alimentação						
Alojamento (p.ex.renda, empréstimo bancário, etc.)						
Educação dos filhos						
Transportes (p.ex.combustível, bilhete transportes públicos, seguro, etc.)						
Vestuários e calçados						
Telecomunicações (p.ex. internet, telemóvel, serviços TV, etc.)						
Despesas correntes (eletricidade, água, gás)						
Saúde						
Outras despesas não incluídas nas categorias anteriores.						